

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA**

**REALIZADO A 19 DE OUTUBRO DE 2015**

**ATA N.º 5**

Aos dezanove dias do mês de outubro de dois mil e quinze, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, reuniu o Conselho de Ilha, em reunião ordinária. -----

**Nesta reunião verificou-se a presença dos seguintes conselheiros:** -----

**Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro** - Presidente do Conselho de Ilha da Terceira, Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória;-----

**José Gabriel do Álamo Meneses** – Vice-Presidente do Conselho de Ilha da Terceira, Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo;-----

**Sandro Rebelo Paim** – 1º Secretario da Mesa, representante da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo;-----

**José António Sozinho Azevedo** – 2º Secretario da Mesa, representante das associações agrícolas - AAIT;-----

**Ricardo Manuel Rodrigues de Barros**, Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo;-----

**Paulo Manuel da Silva Codorniz**, Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória;-----

**António Toledo Alves**, representante da A.M. de Angra do Heroísmo;-----

**Pérciles Pereira Ortins**, representante da A.M. de Angra do Heroísmo;-----

**João Luís Sanchez dos Santos**, representante da A.M. de Angra do Heroísmo;-----

**Ana Rita Meneses Branco**, representante da A.M. da Praia da Vitória;-----

**Norberto Francisco Ávila Messias**, representante da A.M. da Praia da Vitória;-----

**Carlos Armando Costa**, Presidente de JF, eleito entre todos os PJF da Ilha;-----

**Luís Alberto Garcia Castro Pereira Costa**, Presidente de JF, eleito entre todos os PJF da Ilha;-----

**Miguel Sousa**, representante do Governo Regional;-----

**José Manuel Ferreira Pimentel Dias**, representante dos Sindicatos – UGT;-----

**António Pedro Inocêncio**, representante dos sindicatos – CGTP – União Sindicatos AH;-

h  
**Paulo José Mendes Barcelos**, representante das Associações Não Governamentais Ligadas à Área do Ambiente;-----

**Raquel Gomes Caetano Ferreira**, representante das Associações de Defesa da Igualdade de Género;-----

**Presença dos seguintes deputados da Assembleia Legislativa Regional dos Açores:---**

**Cláudia Alexandra Cardoso Meneses da Costa**, deputada do PS;-----

**Luís Miguel Forjaz Rendeiro**, deputado do PSD;-----

**Ausências justificadas:-----**

**Marília Margarida Enes Garcia de Vargas**, representante da A.M. de Angra do Heroísmo;-----

**Rui Fernando Nobre de Castro**, representante da A.M. da Praia da Vitória;-----

**Maria Francisca Santos Toledo Gomes de Andrade**, representante da A.M. da Praia da Vitória;-----

**Fernando Gastão de Sousa de Sieuve de Menezes**, representante das Associações Agrícolas (Fruter);-----

**Domingos Manuel Oliveira da Cunha**, deputado do PS;-----

**Maria Judite Gomes Parreira**, deputada do PSD;-----

**Ausências não justificadas:-----**

**João Carlos Castro Tavares**, Presidente da JF, eleito de entre todos os PJF da Ilha;-----

**Arlindo Paulo de Freitas Teles**, representante da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo;-----

**Artur da Câmara Machado**, representante da Universidade dos Açores – Campus de Angra do Heroísmo;-----

**António Toste Parreira**, deputado do PS;-----

**Nuno Miguel Aguiar Meneses**, deputado do PS;-----

**Francisco Coelho**, deputado do PS;-----

**Berto Messias**, deputado do PS;-----

**António Ventura**, deputado do PS;-----

**Artur Lima**, deputado do CDS-PP;-----

António Félix Rodrigues, deputado do CDS-PP.-----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

O **Conselheiro Paulo Barcelos** interveio para fazer um pequeno reparo. Disse que a convocatória, para a reunião a decorrer, tinha data de treze de outubro e que só a tinha recebido no dia quinze, pelas dezassets horas. Mencionou que não sabia da existência, no Regulamento do Conselho, de algo escrito sobre o número de dias que deviam anteceder à própria reunião para envio da convocatória, mas que, de qualquer uma das formas, agradecia que houvesse um esforço para não ser tão em cima, porque se tornava complicado a análise dos documentos que lhes chegavam.-----

O **Conselheiro Pimentel Dias** usou da palavra e questionou sobre o protocolo assinado entre a RTP e o Município da Praia da Vitória, para instalar a RTP no Concelho da Praia da Vitória, ou seja, questionou o porquê de não se ter ouvido a administração da RTP, quanto à prestação de serviço público e quanto às instalações que a RTP tinha na ilha; as razões pelas quais as instalações da RTP iam mudar para o concelho da Praia da Vitória; que tipo de instalações iam ser disponibilizadas e quem é que ia fazer o investimento. Concluiu dizendo que o facto de a RTP ser instalada no concelho da Praia da Vitória, ia ficar mais longe do centro dos acontecimentos que eram, em esmagadora maioria, no concelho de Angra do Heroísmo.-----

O **Conselheiro Álvaro Meneses** solicitou autorização para explicar a origem da questão. Explicou que a RTP tinha assinado um protocolo com a Câmara de Angra, que visava a cedência do edificio da antiga escola de S. Carlos, para lá serem instalados os seus serviços. Referiu que o protocolo tinha sido assinado na sequência de um acordo que tinha sido feito antes, onde se tinha equacionado a aquisição do imóvel em S. João de Deus, para que se instalasse a RTP, algo que não mereceu aprovação da Assembleia Municipal naquela altura. Naquela matéria, disse que tinham tido, na grande maioria das votações, unanimidade em Câmara Municipal e, depois de longas e complexas conversações, basicamente se tinha intimado a RTP a fazer ou então iam acabar com aquilo. Informou que a RTP tinha iniciado o processo para fazer, ou disse que tinha iniciado, abriu concurso para pessoal na RDP, mas quando abriu o mesmo, disse que lhe tinha chegado ao conhecimento que as vagas tinham sido disponibilizadas a Ponta

h  
Delgada, o que tinha achado relativamente provocatório, e que, inclusivamente, uma das pessoas que estava na Terceira há uma década, em contrato precário, não veria o mesmo transformado num contrato definitivo, nem sequer renovado, passando sim para outra modalidade. Acrescentou que tinha achado que era uma situação inaceitável, que tinha falado com o Presidente do Conselho da Administração de então para manifestar o seu desagrado com a situação e que, depois de um conjunto de trocas de palavras azedas, achou a Câmara de Angra que era altura de acabar com isso, ou seja, ou a RTP resolvia o assunto ou então a Câmara acabava com o protocolo. Além disso, disse haver a questão de princípio, ou seja, o facto de a RTP ter dinheiro para investir em Ponta Delgada e não ter para investir na Terceira. Informou que não havia uma disputa entre a Câmara de Angra e a Câmara da Praia, que o que tinha havido tinha sido uma manifestação muito firme da parte da Câmara de Angra, que daquela forma não era maneira de continuarem. Informou que se vinha a mostrar desfavorável a qualquer protocolo daquela natureza, porque acabava por serem as Câmaras, com os seus próprios recursos, a financiar quem era financiado por outra via, para isso. Lembrou que a Terceira pagava taxa de áudio visual como todos os outros, pelo que seria de esperar que, parte desse dinheiro, fosse investido na mesma. Repetiu que não percebia porque podiam investir em Ponta Delgada sendo que na Terceira e na Horta tinham que pedir às Câmaras para o fazer, que aquilo era uma menorização que considerava inaceitável. Concluiu dizendo que, relativamente ao protocolo, que obviamente tinham obrigações e que tinham resolvido não as quebrar sem mais, mas que a verdade era que depois de tudo o que tinha acontecido, tinham concluído que não era um bom negócio. -----

**O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro,** iniciou a sua intervenção dizendo que, relativamente ao processo de Angra, não tinham conhecimento, que o que sabia tinha sido aquilo que ia vendo na comunicação social e uma situação ou outra de alguma conversa com o Conselheiro Álamo sobre o processo. Disse que tinha sido público o encerramento relativamente ao protocolo de Angra e que, posteriormente a isso, a RTP tinha-lhes contactado no sentido de saber em que condições podiam-se disponibilizar para que se instalassem na Praia. Informou que não iam fazer nada de novo, para além do que já estava para ser feito na Escola da Beira-Mar, ou seja, uma intervenção de reabilitação no edifício e que o que estavam, eventualmente,

disponíveis para colaborar era na ligação, em fibra ótica, daquele edifício à Academia e ao Auditório do Ramo Grande, porque eram infraestruturas que já estavam feitas e que podiam, claramente, ser potenciadas em prol da produção local e, no fundo, mais coisas que fossem produzidas na Terceira. Referiu que tinham medido os prós e os contras, que tinham feito a proposta do que é que podiam disponibilizar e que entre ter um edifício, no caso uma escola antiga, vazio ou tê-la cedida a uma instituição, antes cedida e entre ter cedida a uma instituição ou ter cedida a uma empresa como a RTP, que tinha um efeito reprodutivo de pessoas que lá passavam a estar, de uma produção local e acima de tudo que permitia potenciar investimentos que já tinham feito, como a Academia e o Ramo Grande, antes cedida a esta última. Relativamente à hipótese da RTP não se mudar, disse que era uma das questões que também podiam acontecer, porque uma coisa era a assinatura de um protocolo e outra coisa era a conclusão, a execução e que o que estava salvaguardado era que o Município da Praia seria ressarcido da totalidade do valor do investimento que fizesse no edifício, mesmo aquele que iam fazer, independente da RTP. Referiu que o Conselho de Administração da RTP, em Lisboa, tinha afetado meios para investir em São Miguel e que, no caso da Terceira ia investir nos equipamentos e nos estúdios, ou seja, em tudo o que era interior, pelo que esse investimento não tinha nada a ver com a Câmara, nem esta ia pagar um tostão do que fosse ao nível dos estúdios e das tecnologias. Repetiu que o que iam fazer era algo que, se eles soubessem, utilizavam e potenciavam um edifício que era municipal. Acrescentou que, no fim daquele processo, e fora a questão estratégica que estavam completamente de acordo, as condições que seriam oferecidas e disponibilizadas e que a RTP teria na Terceira para desenvolver o seu trabalho, seriam incomparavelmente melhores que aquelas que existiam atualmente, não só por causa da questão dos equipamentos, totalmente novos, a situação dos estúdios e tudo que seria feito, mas também por causa da ligação e a potenciação de duas infraestruturas, que disponibilizam para produção local e que era isso que tinha que ser bandeira. Disse que não servia de nada ter uma televisão regional a passar programas estrangeiros ou o que quer que fosse e que, por outro lado, aquele projeto ao estar associado a um outro, porque a RTP Açores ia lançar um canal no cabo nos Estados Unidos, seria também uma excelente oportunidade para incrementar a produção regional, porque ia ter outro tipo de assinaturas e outro tipo de público. Informou que

h  
aquele projeto já estava em curso e esperava que, com aquela potenciação de condições que era na Terceira, pudessem ter mais questões da Terceira a passar na RTP e não só, porque achava que havia uma abrangência ao nível da Graciosa e São Jorge na arquitetura da gestão da RTP. Concluiu dizendo que não tinha havido qualquer tipo de conflito, que tinha havido um protocolo, assinado com Angra, que a Câmara de Angra tinha tomado a decisão que entendeu, com a legitimidade que tinha em fazê-lo, que tinha havido um interregno grande entre essas duas fases e que a Câmara da Praia, perante uma proposta que lhe foi feita, avaliou e entre ficar aquele edifício vazio ou entregar a uma associação, que ia fazer diversos pedidos de manutenção, pensou-se que era muito mais reprodutivo, para a Praia da Vitória, e para a Terceira, afetar ao projeto em causa.-----

**O Conselheiro Pimentel Dias** interveio e disse que na sua anterior intervenção não havia mencionado qualquer tipo de conflito entre os dois municípios e questionou para quando se previa que a RTP começasse a funcionar na Praia. -----

**O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro,** respondeu que estava no âmbito do protocolo, ou seja, que estava definido que iam entregar o edifício até abril do próximo ano, sendo que eles tinham um máximo de seis meses para se instalarem. Acrescentou que se não se instalassem naquele prazo, a partir da data em que o edifício era entregue, teriam de ressarcir o Município na totalidade. Concluiu dizendo que, seria provavelmente ou no segundo ou no terceiro trimestre do próximo ano.-----

**O Deputado Luís Rendeiro** usou da palavra e disse que, a respeito do assunto em causa, era importante salientar que, independentemente, de ser em Angra ou na Praia, continuava a achar que era importantíssimo e essencial continuar a manter uma delegação da RTP Açores na Terceira. Disse julgar que tinha ficado bastante claro que a Câmara Municipal da Praia da Vitória tinha visto uma oportunidade, onde Angra havia abdicado presença da delegação da RTP, e tendo infraestruturas e condições disponíveis resolveu dar uso às mesmas e fazer o protocolo. Relativamente a questões interconcelhias, disse que estas deveriam ser discutidas nas assembleias municipais e não no Conselho de Ilha, mas que havia outras questões que também era importante salientar. De seguida, questionou o Sr. Presidente da Câmara de Angra se tinha havido, ou não, apresentação, por parte da RTP, de uma proposta de um projeto de investimento antes do fim do prazo definido para a mesma, sabendo que era legítimo

que as câmaras defendiam que não deviam investir onde a empresa sede se recusava a investir e, portanto, substituírem-se ao investimento da RTP. Referiu que a Praia tinha feito a opção de fazer aquele investimento, a Câmara de Angra tinha optado por deixar de o fazer e, sabendo que a Câmara de Angra também tinha um protocolo com uma empresa de produção de conteúdos televisivos, que também requeria um investimento, ou seja, a VITEC, havia que perceber o que era mais importante, se uma divulgação regional, daquilo que se passava na Terceira, e a presença daquele investimento no concelho. Disse que a Câmara da Praia tinha entendido que sim, mas que a Câmara de Angra entendeu que não. Quanto áquilo que era as opções de investimentos da RTP, lembrou que o Conselho de Administração havia mudado, que as diretivas do atual Conselho de Administração da RTP, já previam um investimento prioritário quer em infraestruturas, quer em equipamentos e quer em recursos humanos, nas delegações da Terceira e do Faial, ao contrário do anterior que investia em Ponta Delgada deixando as outras sem investimento. Concluiu dizendo que o mais importante era, em Conselho de Ilha, assumirem a importância de uma delegação da RTP na Terceira, porque caso contrário, toda informação regional, em termos de conteúdos de televisão, ficaria centralizado numa só ilha, sendo que isso seria a pior de todas as soluções e o pior de todos os senários. -----

**O Conselheiro Álamo Meneses** respondeu que não, que nunca tinham recebido nenhum projeto de arquitetura, que tinham recebido sim notícia da intenção de contratar uma arquiteta local para elaborar o projeto, mas que isso aconteceu já depois de terem comunicado que daquela forma não podia ser. Acrescentou que era verdade o que o Deputado Luís Rendeiro tinha dito, ou seja, que tudo aquilo tinha acontecido na vigência da anterior Administração. Disse que, quanto à questão fundamental, lhe parecia que ela continuava a ser a mesma, que era evidente que a RTP e a presença da RTP na ilha Terceira era importante, contudo, não fazia com que se deslumbrassem com a referida presença e que andassem a fazer o que os outros não faziam. Acrescentou que era importante para a Terceira a presença da RTP, mas que também seria muito importante para a RTP a presença da Terceira, que a RTP Açores não seria a RTP Açores sem ter uma presença Terceirense forte. Disse que isso era uma realidade e que era isso que tinham que impor. Referiu que havia coisas para as quais já não havia paciência, sendo que não estava apenas a falar da RTP e que

h  
achava que estava na altura de deixarem de se andar sempre a agachar perante tudo e todos, porque se queriam uma coisa tinham que pagar, enquanto os outros querendo só tinham que ter. Acrescentou que isso não podia acontecer, quer naquele campo quer noutra qualquer, como por exemplo o caso da Universidade, que também não percebia porque as coisas tinham que ser diferentes de um lado e de outro. Disse ser evidente que as coisas tinham mudado, que não fazia ideia o que é que seria o desempenho da nova Administração da RTP, mas que, no caso concreto, a ilha Terceira não ficaria a perder e que era isso que devia interessar. Referiu que Angra também não ficaria a perder, porque não ia ser por causa da presença, ou ausência, do edifício da RTP em Angra que o futuro da mesma melhoraria ou pioraria. Concluiu dizendo que, quanto à questão que estava subjacente à pergunta, da parte da Câmara de Angra, tinha havido uma tolerância excessiva, ou era para fazer, ou não era para fazer, não era para continuarem a entreter, pois era isso que tinha sentido que estava a acontecer. -----

**O Conselheiro José António Azevedo** usou da palavra e questionou os presidentes dos municípios se iam implementar a redução do IMI sobre a habitação para as famílias com dois ou mais filhos e como seria implementado. -----

**O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro,** respondeu que, relativamente ao Município da Praia da Vitória, já tinham aprovado em reunião de Câmara, e certamente seria aprovado numa Assembleia Municipal extraordinária que iam ter, que iam aplicar as reduções máximas previstas, quer para um, dois, três ou mais dependentes. Disse que iam avaliar o impacto, ou seja, tentar chegar a um valor aproximado da receita que ia ser abdicada, porque estavam a falar de dependentes, não meramente a falar em crianças nem em filhos. Acrescentou que numa sociedade que estava em envelhecimento, de ano para ano, era cada vez maior o número de pessoas idosas que passavam a dependentes de determinados agregados. Por outro lado, disse que também ninguém sabia ao certo quantos eram os casos no concelho que acabavam o período de isenção do IMI e começavam a pagar, sendo que havia uma terceira questão que era o IMI que recebiam, ou seja, recebiam aquilo que as finanças cobravam, o valor que lhes era transferido era aquele que efetivamente era cobrado. Informou que todas aquelas questões estavam a ser avaliadas, mas que naquele primeiro ano tinham entendido fazê-lo. Como nota, informou que iam aplicar



um acréscimo de trinta por cento no IMI dos imóveis deteriorados, na prestativa de haver risco, em termos de segurança, mas também para que houvesse uma penalização, porque não lhe parecia justo haver uma produção de IMI que acabasse por beneficiar quem deixava imóveis em escombros, abandonos ou descuidados no meio das freguesias. -----

O **Conselheiro Álamo Meneses** respondeu que, no caso de Angra, a matéria em causa ainda não tinha sido formalmente deliberada, ou seja, integrava a proposta de orçamento que ia ser presente a Assembleia Municipal no mês de novembro. Disse haver intenção de aplicar alguma redução, mas que ainda estavam a estudar a matéria, mas que, no entanto, não podia deixar de dizer duas coisas sobre isso. Disse que aquela era uma das medidas mais nojentas que já havia visto da parte do Governo da República, que se este tinha muitas preocupações com a família resolvessem o assunto, porque é que tinham de ser as câmaras a serem forçadas a fazer reduções e a fazer a política que o Governo da República se recusava a fazer. Acrescentou que se o Governo da República tinha intenção de criar uma política de favorecimento das políticas de natalidade, muito bem, tinha amplo espaço no IRS, que era o imposto certo para que aquelas matérias fossem resolvidas, não era no IMI, até porque o IMI tinha uma distorção acrescida, ou seja, era calculado em percentagem de valor das habitações, logo favorecia quem tinha mais dinheiro, quem tinha melhores casas. Referiu que a medida em causa violava, inclusivamente, aquilo que era a intenção constitucional de progressividade do imposto, ou seja, o benefício era inversamente proporcional à riqueza das pessoas, pelo que era uma política injusta, uma política mal pensada e que tinha um impacto grande sobre as finanças municipais. Acrescentou que tinham que o avaliar e que o haviam de fazer em Assembleia Municipal, pois aquele não era o lugar certo para isso, mas que era bom que o Conselho de Ilha ficasse ciente do que havia por detrás de tudo aquilo. Informou que, no Município de Angra, estavam muito sensíveis a uma política de favorecimento da natalidade e de que gostariam, de facto, de ter uma política séria de apoio às famílias mais numerosas, como estavam a fazer, por exemplo, na água. Disse que ali estava uma má política, uma política profundamente errada e que não deveria nunca existir. Concluiu dizendo que ficavam entre a espada e a parede, porque ou faziam a redução ou então eram

contra as famílias, sendo que, na verdade, não eram contra as famílias, mas sim a favor de políticas sérias de apoio às mesmas, que não era o caso. -----

**O Conselheiro Péricles Ortins** interveio e disse que o seu assunto vinha um pouco fora de ordem e era de menos importância, mas que, de qualquer forma, gostava que ficasse registado para melhoria futura. Disse que tinha que ver com o processo das atas, que os cabeçalhos das mesmas não estavam uniformes, nomeadamente, um tinha o brasão antigo do conselho de Angra e outros não tinham nada. Disse pensar que não seria muito difícil de acordar, ou simplesmente um "Conselho de Ilha" ou os brasões dos dois municípios. -----

**O Conselheiro Álvaro Meneses** respondeu que já haviam deliberado sobre a matéria em causa e que agora era cumprir com a mesma.-----

**O Conselheiro Péricles Ortins** disse que era só uma questão de formalismo. Acrescentou que concordava com a posição e a sugestão do conselheiro Pimentel Dias, de que as atas deviam ser disponibilizadas no site. Referiu que havia uma outra questão, ou seja, como as atas não estavam a ser numeradas, o roda pé também não estava normalizado. Sugeriu que se normalizasse pela data, que esta ficasse em roda de pé e aí o número da página ficaria coerente. Concluiu dizendo que não sabia se essa era a melhor forma, mas que se normalizasse isso seria mais fácil.-----

**O Conselheiro João Santos** usou da palavra e disse que queria apenas fazer um pequeno alerta à Mesa, ou seja, que esta não deixasse que se desviassem daquilo que eram os assuntos de interesse para a ilha e que não fizessem do Conselho de Ilha uma Assembleia Municipal mista, que se centrassem nos assuntos de ilha e não nos assuntos municipais.-----

**O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro**, respondeu que, no período antes da ordem do dia, a Mesa, concordando ou discordando, tinha que dar a palavra aos conselheiros e permitir que fosse discutido aquilo os mesmos entendessem ser. ---

**O Deputado Luís Rendeiro** interveio e disse que, tentando respeitar a preocupação do Conselheiro João Santos, com qual também concordava, queria salientar algo importante, ou seja, a presença da Comunicação Social nas reuniões do Conselho de Ilha, que muitas das vezes não se verificava e que julgava que era importante que aquilo que era conversado e debatido não se esgotasse ali. Acrescentou que lhe parecia que quando não havia nota, na comunicação social, das coisas que se

passavam no Conselho de Ilha, as deliberações deste também se esgotavam em si próprias. Referiu que não se vinha a assistir, a quem de direito, a quem essas deliberações eram dirigidas, grande preocupação com aquilo que eram as posições e as decisões do Conselho de Ilha da Terceira, no todo e no contexto regional e, também, para de fora dele quando fosse caso disso. Disse registar, também, alguma da adjetivação que vinha sendo utilizada, nomeadamente pelo Professor Álamo Meneses, na caracterização de alguns assuntos, como era o caso da última, das medidas nojentas. Acrescentou que era muito bonito querer afrouxar a austeridade para os outros e não a querer afrouxar quando ela caía sobre aquilo que era da responsabilidade deles. Disse que, também, se registava que quando havia uma possibilidade de uma Câmara Municipal ou de Câmaras Municipais da ilha poderem aliviar a austeridade que era imposta nos seus municípios, dizerem que a medida era nojenta, porque lhes competia mexer nas suas finanças, e quando era para fora do âmbito municipal ou regional já se podia mexer e já se podia aliviar. Disse, ainda, que era muito bom que se entendessem estes dois pesos e estas duas medidas, porque quem estava na oposição também poderia discordar e adjetivar muitas das opções orçamentais que eram feitas aos mais variados níveis. Disse julgar que, em qualquer altura, qualquer um dos partidos políticos presentes na esfera parlamentar nacional poderia apresentar, à luz do quadro democrático presente ou futuro, propostas de alteração às leis, podendo ou não ser aprovadas, pelo que fazia o desafio, aos representantes do Partido Socialista, que, de facto, tendo aquelas preocupações, fizessem propostas de alteração à lei. Relativamente ao IMI disse que, por proposta do PSD, já na Praia da Vitoria ia ser aplicado o IMI familiar e que em Angra fariam a mesma proposta. Pediu para que, no Conselho de Ilha, tivessem algum cuidado com adjetivos, porque estes, depois, eram muito complicados. Referiu que havia um que também achava que era muito importante e que ia ser importante quando fossem discutir as questões do plano que era o agachar, e que também tinha registado. Mencionou que a concordância ou desconcordância podiam ser expressas democraticamente, que também não concordava com muitas das medidas que eram postas em vigor por progressivos governos, fossem aqueles que apoiava ou aqueles que não apoiava. -----

O **Conselheiro Álvaro Meneses** interveio e disse que era só para dar uma resposta com adjetivos. Disse que só queria lembrar e fazer notar que a Câmara de Angra já havia abdicado daquilo que eram receitas próprias suas, ao reduzir a sua tabela de taxas, nalguns casos praticamente a zero, havia abdicado cerca de três por cento das suas receitas. Acrescentou que o tinham feito voluntariamente, porque entenderam que era importante para estimular a atividade económica e para apoiar as famílias, mas que o tinham feito dentro da sua esfera de competências. Disse que, a Câmara de Angra, infelizmente, não tinha o poder de dizer ao Governo da República para reduzir o IRS, porque se não já o teria feito, sendo que, depois, gostaria de ver qual era o adjetivo que uma atitude daquelas mereceria. Mencionou que era muito interessante decidir sobre os outros, muito mais complicado era decidir sobre eles próprios, sendo que, no caso, tinham decidido sobre aquilo que era deles e, numa extensão, que não cria que outra Câmara, em outro lugar qualquer, o tivesse feito. -----

O **Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro**, interveio e disse que não ia opinar sobre a questão dos adjetivos mas que gostaria de dizer que, de facto, a decisão relativamente ao IMI era uma decisão hábil politicamente, mas totalmente injusta na prestativa de que o próprio Governo da República poderia dar esta possibilidade se compensasse isso nas transferências do orçamento geral de estado aos municípios. Acrescentou que o que se tinha tentado criar tinha sido uma paternidade de uma medida onde quem tinha que abdicar da receita eram outros. Disse que, indiscutivelmente, nos últimos quatro anos e meio as transferências do orçamento geral do estado, para as receitas dos municípios, tinham baixado mais de dez por cento, ou seja, não era só ao nível daquelas medidas que era preciso ver, mas também ao nível de um enquadramento macro. Mencionou que, por essa razão, quando se discutissem os orçamentos, em cada um dos concelhos, esses números e essas contas teriam de ser colocados na Mesa para se poderem tomar outras medidas, porque, efetivamente, não se podia estar a pedir que se aproveitasse os fundos comunitários, nem que as câmaras melhorassem os seus indicadores, se estas estavam a ter quebras de receita. Disse que aquilo que as pessoas estavam a pedir aos municípios atualmente, não era igual ao que pediam há quatro anos, ou seja, havia uma pressão enorme, pelos problemas sociais e de emprego. Como nota, acrescentou que, no âmbito destes programas de promoção de emprego, etc., qualquer um dos municípios

2

tinha valores de encargos que estavam a ser assumidos adicionalmente, como por exemplo, no caso da Câmara da Praia, eram mais de duzentos mil euros anuais. Referiu que uma coisa era certa, que não se podia pedir às câmaras que abdicassem das suas receitas todas e, depois, paralelamente dessem resposta a tudo aquilo que era pedido, nem na perspetiva de sustentação económica e financeira do Município, nem no aproveitamento dos fundos comunitários, que naquele momento deveria ser um dos grandes enfoques de concentração dos municípios.-----

**O Deputado Luís Rendeiro** usou da palavra e disse julgar haver um equívoco, ou seja, que as leis de que estavam a falar, relativas ao IRS e ao IMI, não obrigavam nenhuma Câmara Municipal a fazer o que quer que fosse.-----

**O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro**, interveio e disse que colocavam condições.-----

**O Deputado Luís Rendeiro** continuou dizendo que obrigavam as Câmaras Municipais a assumirem se queriam ou se podiam, que não obrigava a fazê-lo, mas que tinham que assumir se podiam, financeiramente, abdicar ou não das receitas, ou se queriam.-----

**O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro**, disse que o que o Deputado estava a dizer era verdade, que as Câmaras podiam reprová-lo tudo aquilo.-----

**O Deputado Luís Rendeiro** respondeu que sim, que podiam, mas que tinham era que assumir e que o que faltava, às vezes, era assumir, se tinham vontade política para fazerem enquadramento orçamental ou se tinham condições financeiras para o fazer. Acrescentou que, naquele momento, o que as Câmaras estavam a fazer, criticando a medida, era assumir que ou não podiam ou não queriam. Disse que a legislação nacional atual, criticável e questionável, sem dúvida não obrigava ninguém a fazer nada, apenas que cada um assumisse se queria ou se podia. Concluiu dizendo que, pelos vistos, havia casos em que não queriam e outros em que não podiam.-----

**O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro**, respondeu que, para encerrar o assunto, indiscutivelmente qualquer um dos municípios podia não dar nenhum desses benefícios, o que era claramente condenável, naquele processo, era aquilo que os antigos diziam, ou seja, fazer promessas para os outros pagarem. Acrescentou que o que tinha sido feito tinha sido uma medida que tinha tentado catapultar o Governo da República para um grande benefício dado à população, onde quem pagava eram as câmaras.-----

h

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**1.DISSCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS DO CONSELHO DE ILHA DE 22 DE JANEIRO DE 2015, 6 DE FEVEREIRO DE 2015, 6 DE ABRIL DE 2015 E DE 29 DE MAIO DE 2015. -----**

**O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, colocou à votação a ata de vinte e dois de janeiro.-----**

**Submetida à votação, a ata, foi aprovada por maioria com três abstenções.-----**

**O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, colocou à votação a ata de seis de fevereiro. -----**

**O Conselheiro Pimentel Dias usou da palavra referiu que, na página quinze, onde se lia "Concelheiro" se deveria ler "Conselheiro" e que faltava encerrar a ata.-----**

**Submetida à votação, a ata, com as respetivas alterações, foi aprovada por maioria com quatro abstenções.-----**

**O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, colocou à votação a ata de seis de abril. -- -----**

**O Conselheiro Pimentel Dias usou da palavra e apontou o facto de, ao longo da ata, fazer referência à falta de identificação dos Conselheiros aquando das respetivas intervenções. -----**

**Foram confirmados todos os intervenientes em falta. -----**

**O Conselheiro Norberto Messias usou da palavra e disse que as atas, mesmo quando escritas em folhas a avulsas, fazem parte de um livro de atas e, como tal, as páginas eram numeradas em sequência e não começando sempre na página um em cada ata. --**

**O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, respondeu que o Conselheiro estava a colocar uma questão, mas que em atas de Câmara e de Assembleia Municipal se começava sempre no um.-----**

**O Conselheiro Norberto Messias interveio e disse que já havia levantado a questão na Assembleia Municipal. Acrescentou que se tratava de um livro de atas e que, formalmente não deveria ser assim, deveriam ser páginas consecutivas. -----**

**O Conselheiro Pimentel Dias, usou da palavra e disse que, só para contrariar, desde que ficasse identificada a ata e em nota de roda pé ficasse igualmente o número da mesma, era suficiente. -----**

Submetida à votação, a ata, com as respetivas alterações, foi aprovada por maioria com quatro abstenções.-----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, colocou à votação a ata de vinte e nove de maio e referiu que, em roda pé, onde se lia "Ata número 3" se deveria ler "Ata número 4".-----

Submetida à votação, a ata, com as respetivas alterações, foi aprovada por maioria com quatro abstenções.-----

O Conselheiro Pimentel Dias interveio para sugerir que, os Municípios de Angra e Praia, atualizassem todas as atas, do Conselho de Ilha, nos respetivos sítios na internet.

## 2.DISSCUSSÃO E APROVAÇÃO DE PARECER SOBRE A ANTEPROPOSTA DO PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2016. -----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, fez uma pequena explanação do ponto. -----

O Conselheiro Pimentel Dias usou da palavra e disse pensar ter feito chegar, a todos os conselheiros, o documento sobre a análise do antepiano realizado pela UGT Açores, pelo que pedia à Mesa que tivessem isso em consideração, ou em anexo ou na própria ata, como achassem melhor. Relativamente à anteproposta de plano para dois mil e dezasseis, disse que ia ler aquilo que a UGT Açores considerava acerca daquele importante documento para a vida económica e social da Região. -----

(Texto integral do parecer faz parte integrante da presente ata).-----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, interrompeu e questionou, o Sr. Conselheiro, se este ia ler o parecer todo, uma vez que o mesmo havia sido enviado a todos previamente.-----

O Conselheiro Pimentel Dias respondeu que tinha sido enviado, mas que não sabia quem havia lido.-----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, pediu que o Sr. Conselheiro tivesse alguma capacidade de síntese, relativamente ao mesmo, uma vez que o documento eram três páginas.-----

O Conselheiro Pimentel Dias respondeu que eram três páginas, mas que eram sete folhas e repetiu que não sabia quem tinha ou não lido. -----

h

O **Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro**, acrescentou que não era habitual, porque o documento havia sido enviado e que ninguém estava a desvalorizar o trabalho. -----

O **Conselheiro Pimentel Dias** interveio e disse que protestava, que agradecia que comentários daqueles não fossem feitos, porque não fazia comentários desagradáveis sobre quem quer que fosse. -----

O **Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro**, respondeu que estava correto, mas que pedia era que, tendo em conta que o documento havia sido remetido a todos, fizesse uma síntese ou uma abordagem genérica do mesmo, de forma a terem mais algum tempo para debater outras questões que eram tão importantes quanto a que estava em causa. -----

O **Conselheiro Pimentel Dias** repetiu que agradecia que não fizessem comentários desagradáveis, porque não os fazia relativamente a ninguém, pelo que exigia respeito, perante posições à lista do que era um trabalho de esforço e que tinha merecido a preocupação e o respeito pelos conselheiros, em fazê-lo chegar a todos, o que podia não ter acontecido. -----

O **Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro**, usou da palavra e disse que o documento tinha sido enviado e que pensava que todos o tinham recebido, por isso, pedia que fizesse a intervenção que entendesse. -----

O **Conselheiro Pimentel Dias** disse que ia fazer um esforço de síntese, acerca da análise da anteproposta de plano para dois mil e dezasseis. Quanto ao antepiano propriamente dito, relativamente às políticas setoriais a desenvolver, incluindo o que dizia respeito a aumentar a competitividade e empregabilidade económica regional, disse que aquele objetivo era composto por quatro programas e, de forma genérica, a UGT concordava com o mesmo. Relativamente ao programa Competitividade, Emprego e Gestão Pública, disse tratar-se de um programa cujo desenvolvimento mais dependia de transferências externas, da sua maioria fundos europeus, absorvendo mais de oitenta e quatro por cento da dotação global daqueles, pelo que se preconizava uma correta e eficaz aplicação dos mesmos, porque eram esses setores de atividade que mais contribuíam para o crescimento económico do emprego da Região Açores. Por outro lado, disse que se preconizava, também, uma maior fluidez e celeridade na tramitação processual das candidaturas, porque quando se tratava da



entrada de fundos externos na região, que podiam contribuir de forma decisiva para a inversão do ciclo económico recessivo nos últimos anos. Acrescentou que, naquela conformidade, preconizavam a adoção de políticas de investimento que viessem ao encontro das reais necessidades da Região, num âmbito de um modelo de desenvolvimento económico sustentável, dando-se prioridade ao investimento com carácter reprodutivo, gerador de riqueza e emprego, acento no potencial endógeno da Região, proporcionados pelos setores agrícola, das pescas e do turismo, no que seria relevante a sua aplicação criteriosa e eficiente, por forma a surtir os efeitos/resultados desejados. Ao nível da empregabilidade e formação, disse que preconizavam a continuação das políticas ativas de apoio ao emprego e à formação e requalificação profissional dos trabalhadores, através da promoção ou reforço de políticas de emprego e de requalificação académica e profissional que potenciassesem a reinserção no mercado de trabalho dos recursos humanos mais desfavorecidos, tais como, os casos dos jovens, das mulheres, dos desempregados mais velhos e dos desempregados de longa duração. Ao nível da gestão pública, disse que preconizavam uma política de defesa do serviço público, designadamente através da promoção/reforço da política da prestação de serviços públicos, nomeadamente nos setores da saúde e educação, assegurando a sua qualidade e acesso universal. Acrescentou que, naquele particular, a UGT Açores alertava para a necessidade de reforço urgente de pessoal médico e paramédico para os hospitais e unidades de saúde da região, bem como de assistentes operacionais, como forma de dar resposta a um dos setores mais carenciados na região. No âmbito da gestão pública e da programação financeira, disse que preconizavam uma política de planeamento e acompanhamento eficaz num combate à ilegalidade e invasão fiscal no programa Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, por ser um setor com grande peso na economia dos Açores, que atualmente atravessava alguns problemas em consequência do fim das quotas leiteiras. Acrescentou que exigia uma atenção redobrada, por parte do Governo Regional e demais entidades a ele ligadas, pois a falência desse setor, na prática, implicava a falência da economia, com todas as consequências que isto teria ao nível do emprego, não obstante, disse que concordavam em geral com as medidas e iniciativas propostas, no que salientavam um reforço de dotação, daquele programa, em quase vinte e quatro milhões de euros. Disse, admitirem que poderiam ser necessárias outras

medidas e ações pontuais, como forma de evitar a degradação do setor agropecuário. Referiu que tinham falado nos programas das Pescas e Desenvolvimento Turístico e que, para abreviar, haviam remetido, para os senhores conselheiros, a leitura daquilo que havia sido remetido. Quanto ao programa Promover a Qualificação e Inclusão Social, no que dizia respeito àquele objetivo, concordavam, de forma genérica, com as medidas propostas e iniciativas delineadas no documento, todavia alertava-se para, no programa de Educação, Ciência e Cultura, quanto à qualificação e recuperação do espaço escolar, para o facto de, na Região, existirem ainda inúmeras escolas com cobertura de amianto, material nocivo, tóxico e cancerígeno, proibido em toda a União Europeia desde dois mil e dois, pelo que seria necessário a sua substituição ou requalificação. Acrescentou, registarem ainda, o facto de estarem escritas um grande número de ações de recuperação e reconstrução escolar, todavia parecia-lhes, em alguns casos, com dotação insuficiente para o fim pretendido, tendo em vista o cabal aproveitamento do potencial científico e tecnológico que a Região dispunha, pelo que preconizavam, também, políticas de recuperação com a Universidade dos Açores, encomendando estudos e trabalhos que a Região necessitava, em conjugação com o programa comunitário "2020", como forma de desenvolver e projetar a instituição ao nível nacional e internacional. Quanto ao programa de desenvolvimento do sistema de saúde, disse apelarem, mais uma vez, para o aproveitamento dos recursos materiais disponíveis em muitas unidades de saúde e hospitais, que não estavam a ser utilizados com evidência e graves prejuízos para a saúde dos açorianos que deles necessitassem. No que diz respeito à solidariedade social, disse preconizarem políticas de recuperação ativa, reforçando a cooperação com as instituições que atuavam na área da solidariedade social no combate à pobreza e à exclusão social e no apoio domiciliário e assistência familiar dos idosos mais carenciados, bem como, no apoio à prestação de cuidados de retaguarda a pessoas acamadas e evidentes condições de fragilidade físico-psicológica. Quanto ao programa Aumentar a Coesão Territorial Existente, no que dizia respeito a esse objetivo, disse que concordavam, de forma genérica, com as medidas propostas e delineadas no documento, todavia alertava-se para a condição arquipelágica da Região que obrigava à existência de políticas de transporte e energia coerentes com o objetivo do seu desenvolvimento sustentável, que cruzado com outras iniciativas, ao nível da competitividade e empregabilidade, deveriam permitir a

mobilidade interna a todos os açorianos e também dos estrangeiros que visitavam a Região, sem prejuízo de outras iniciativas, a recente experiência com o novo modelo de transporte aéreo implementado, do tipo *low-cost*, dados indicadores bastante positivos, pelo que preconizavam a sua extensão a outras ilhas, em especial à ilha Terceira, pois a maior parte das infraestruturas e equipamentos já existiam e seria um desperdício não aproveitarem aquele impulso para projetar a Região. Por último, disse que, quanto ao investimento público, numa Região onde predominava um pequeno e frágil tecido económico, como era o caso dos Açores, o plano de investimentos do Governo, se aplicado criteriosamente em obediência aos princípios de eficiência, eficácia e da racionalidade económica, era sem dúvida um instrumento de primordial importância para o seu desenvolvimento económico e social. Concluiu dizendo que havia feito um resumo e que esperava que as partes não lidas, os Srs. Conselheiros pudessem tomar nota delas. Solicitou, ainda, que quando terminasse o ponto dois, fosse feito um intervalo de dez minutos. -----

**O Conselheiro António Inocêncio** interveio e disse que a CGTP achava que mais importante do que o plano, ia ser a execução prática deste, e era aí que o movimento sindical ia concentrar a sua atenção, no acompanhamento e na execução, alertando para falhas que na prática pudessem acontecer. Acrescentou que, reconhecendo que o plano anual era um instrumento muito importante de trabalho, consideravam, contudo, que o mais importante era a aplicação prática do mesmo. Disse que era boa a execução do plano, que podia fazer com que a vida dos trabalhadores e das famílias Açorianas pudessem melhorar, num momento em que se vivia uma situação muito difícil, onde as pessoas sentiam enormes problemas, quer do ponto de vista económica, quer do ponto de vista social. -----

**O Conselheiro Paulo Barcelos** usou da palavra e disse que estava com alguma dificuldade em perceber o ponto em causa, uma vez que dizia "Discussão e Aprovação de Parecer". Disse que havia ficado a aguardar o parecer, porque o parecer que lhe tinha chegado era o da UGT, sendo que tinha pensado que a ideia poderia ser o Conselho fazer, ele próprio, o parecer, que tivesse a maioria da aprovação para remeter. Acrescentou que não sabia se era aquela a ideia, porque não falava em elaborar parecer, falava sim em discutir e aprovar, que se a ideia era discutir, o único

h  
parecer que estava na Mesa era o da UGT, pelo que agradecia um esclarecimento relativamente a isso.-----

**O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro**, respondeu que, habitualmente, a Mesa do Conselho trazia um esqueleto macro de um parecer, mas que este não podia ser feito previamente sem haver, pelo menos, uma primeira fase de intervenções, sobe pena das pessoas dizerem que o que estavam a dizer não servia para nada. Informou que, efetivamente, a Mesa tinha um esqueleto, com alguns tópicos e subtópicos daquilo que, uma leitura mais profunda quer na componente estratégica, quer na componente tática ou operacional, o plano tinha para a ilha, mas como já tinha dito era habitual aquela situação. Acrescentou que as pessoas faziam uma intervenção, que esta servia para, de alguma forma, recheiar nalgumas matérias o esqueleto macro, sendo que, depois do intervalo, era lida a proposta de parecer que tentava conjugar quer o que já vinha previamente feito, quer aquilo que tinha sido dito. Concluiu dizendo que o que o Conselheiro estava a dizer estava correto, mas que não era habitual estar já fechado ou feito pela Mesa, porque havia sempre um sentimento de que, as pessoas, o que estavam a dizer não tinham acolhimento em termos do parecer global.-----

**O Conselheiro José António Azevedo** usou da palavra e disse que, relativamente ao Plano e Orçamento, gostava de reforçar a questão do investimento no sector agrícola, ou seja, disse que era importante, mas que mais importante do que isso era ser implementado, concretamente, no ano de dois mil e dezasseis. Referiu que era necessário, para uma sustentabilidade do sector económico da região, um crescente da qualidade dos produtos que eram exportados do sector agropecuário, quer o leite, quer a carne principalmente, que só com uma melhoria da qualidade dos produtos e um acréscimo do seu valor é que se conseguia uma sustentabilidade económica da Região. Acrescentou que era necessário uma reestruturação, a nível do sector, no âmbito de reestruturar o crédito das empresas agrícolas, há semelhança do que já tinha havido nos outros sectores, a implementação que já tinha havido no passado que estava, de certa forma, estagnada na reposição de abastecimento de água às explorações e caminhos agrícolas. No programa de incentivo de aquisição de terrenos pelos produtores agrícolas na base do RICTA (Regime de Incentivos de Compra de Terrenos Agrícolas) e também, mas mais no nível conjuntural, do sector dos

transportes marítimos entre ilhas, uma regularidade e também outra frequência, que houvesse estabilidade para que pudessem fazer a exportação daquilo que produziam para fora da região, de uma forma concertada, que se conseguisse parceiros e que se conseguisse confirmar dias de chegada dos produtos ao exterior da Região. -----

O **Conselheiro Sandro Paim** usou da palavra e disse que a sua intervenção ia ser reduzida, que não se ia debruçar muito sobre os quadros financeiros. Disse que, normalmente aqueles planos eram feitos de maneira que quase todas as ilhas cresciam em termos orçamentais, pelo que era um pouco inóculo estarem a discutir alguns valores, ou seja, achava que não fazia sentido, que fazia mais sentido os senhores deputados e caros conselheiros discutirem na Assembleia a sua execução, sendo que isso realmente fazia sentido e era importante terem aqueles dados. Acrescentou que gostaria, no entanto, de falar de alguns princípios básicos e depois falar, ou pôr à consideração do Conselho, alguns aspetos que considerava de grande importância para a Terceira e que deviam reunir, da parte de todos os presentes, uma unanimidade naquilo que era um parecer final a ser apresentado, conforme estava nos estatutos, na Assembleia. Informou que, em termos globais, preocupava-lhe, e deveria preocupar a todos, a questão de um conjunto de linhas de apoio privado e público que já deviam estar implementadas há quase dois anos. Referiu que deviam, no parecer, demonstrar aquela preocupação, sendo que uma delas, que lhe ressaltava, tinha que ver com o urbanismo comercial e a importância de terem os apoios para avançar com a vertente do mesmo, tão importante para as freguesias e, acima de tudo, cidades. Outro aspeto que disse, lhe parecer relevante no enquadramento global, tinha que ver com a reposição do diferencial fiscal. Disse saberem que os Açores foram duplamente penalizados, em determinada altura, em tempos de austeridade, porque tinham sofrido tudo aquilo que a nível nacional estavam a sofrer os empresários e as famílias, mas que tinham tido um sobre sofrimento com a redução do diferencial fiscal. Acrescentou que a redução do diferencial fiscal do ano passado, de alguma forma tinha sido minimizada em algumas alíneas, no caso do IVA e do IRC, que deveria ser repensado e voltar ao diferencial máximo. Mencionou que aquela era uma questão onde não procurava unanimidade de todos, mas que se enquadrava naquele que era o enquadramento global que gostaria de fazer no parecer em causa. Acrescentou que, outro aspeto que considerava relevante tinha a ver com o pagamento das dívidas, ou

seja, para os empresários era essencial receberem sobre os seus préstimos, sobre os produtos que vendiam ou os serviços que prestavam. Referiu que, de alguma forma, as câmaras estavam a fazer um esforçado naquele sentido, ou seja, de terem em dia as suas contas. Disse que era necessário que se garantisse pelo orçamento para que não houvesse desorçamentação de algumas entidades públicas, de algumas empresas com capital público. Acabando o enquadramento global, disse que gostava de falar em alguns investimentos estratégicos para a competitividade da Região mas, acima de tudo, disse que gostava de pedir uma atenção redobrada para algumas medidas, em concreto, para a ilha Terceira da competitividade e emprego da mesma e da mitigação de alguns constrangimentos da ilha. Informou que ia falar de um pequeno problema que tinha a ver com o abate de aves. Disse que, realmente era um pequeno problema mas que se enquadrava no orçamento se não houvesse resolução para o mesmo. Continuou dizendo que, como sabiam, o abate de aves a nível regional era feito por entidades públicas, com exceção da Terceira, ou seja, a Terceira tinha uma entidade privada e, por via de um *dumping* feito pela Região e pela entidade Região, no seu programa de abate e nos seus matadores públicos, a empresa ia fechar e que o que se previa era que o abate das aves iria ser feito em São Miguel. Posto isso, pediu que o matador público da Terceira contemplasse o abate de aves. Informou que já havia feito aquela proposta na Concertação Estratégica, com o presidente do Governo Regional e com todos, que o privado estava disponível para entregar as suas instalações de forma gratuita e para o Governo assumir, porque realmente daquela maneira não havia condições de continuar. De seguida falou sobre a logística, o turismo e a agricultura. Sobre a agricultura disse que se ia dispensar de falar, porque tinham ali um conselheiro que podia falar, mas que achava que havia duas vertentes essenciais na mesma que deviam, de alguma forma, estar contemplados no Plano e Orçamento, porque não queria discutir valores, o que gostava que aquele parecer tivesse era, para serem competitivos, para criarem emprego e para terem desenvolvimento na ilha, precisavam daquilo, se o valor era abaixo do orçamentado, pelo Governo Regional, ótimo, mas que se fizesse isso, porque aquilo é que tinha que ser feito. Posto isso, pediu a todos para terem unanimidade naquela matéria. Relativamente à logística, disse gostar de começar pelos constrangimentos que tinham em termos da mesma. Disse que todos conheciam os problemas que havia no Porto da Praia da Vitória, tal

h

como conheciam o PREIT e que este dizia que iriam ter dois barcos diretos para a Terceira e da Terceira para o continente. Informou que a Câmara de Comércio dizia que nem eram necessários dois, que bastava um, mas que se fizesse e que viesse no dia certo, que viesse à segunda-feira, fizesse a distribuição no grupo central e ocidental e à quinta-feira partisse para o continente diretamente, sem acontecer o que acontecia sempre, ou seja, iam todos para São Miguel e depois é que iam para o continente. Informou que eles eram obrigados por lei a ter um planeamento, isto é, mensalmente os armadores tinham que dizer em que dias iam tocar no Porto da Praia da Vitoria e faziam-no, mas que o ridículo era que, em nenhuma semana, isso acontecia, pelo que nenhum empresário conseguia funcionar daquela forma. Posto isso, disse achar que mais do que estarem a dizer, em termos de orçamento, o que tinha que ser feito, tinham que garantir que, pelo menos, um barco tinha que vir para a Terceira e que isso estava na linha de retirar constrangimentos à economia. Referiu que, dentro da linha de aumentar a competitividade do emprego, o desafio que tinha feito, ao presidente do Governo Regional e que fazia também ali, era o seguinte, tinham o Porto da Praia da Vitoria, esse tinha um estudo de *transshipping* de logística internacional e, em janeiro do próximo ano, tinham que apresentar uma candidatura a Bruxelas para o Porto, de forma a beneficiar de fundos comunitários, que não viessem retirar dos fundos comunitários regionais, pelo que tinham que enquadrar ao nível de fundos comunitários europeus/autoestradas marítimas. Posto isso, apelou a que saísse dali uma manifestação clara que obrigasse o Governo Regional a fazer essa mesma candidatura, que concessionassem o Porto da Praia da Vitoria a privados, de forma a dar competitividade à Ilha Terceira, necessária para o seu desenvolvimento. Outro aspeto que disse que também gostaria de falar, ao nível da logística, tinha que ver com o terminal de cargas no aeroporto e a competitividade logística no mesmo e deu o exemplo, que já havia dado no Conselho de Concertação Estratégica, ou seja, do tempo que demorava a chegar a mercadoria à ilha, o que antigamente acontecia em dois dias, agora demorava duas a três semanas, porque com a liberalização não havia a obrigação de ter os aviões grandes a trazer mercadoria de avião, ou seja, quando havia muitos turistas ou quando os aviões estavam cheios, essa mercadoria simplesmente ficava parada sem nenhuma obrigação. E, portanto, disse que o que acontecia era que aquela logística não podia continuar a funcionar daquela maneira, que queria garantir

h

que aquele constrangimento existente na economia tinha que sair, mesmo que para isso fosse necessário construir o terminal, que estava prometido desde dois mil e seis e que fosse necessário ter mais espaço para arrumar os aviões por causa do turismo. Acrescentou que o que era preciso era terem a noção que aquilo estava a acontecer e que, claramente, no parecer aquilo ficasse mencionado, ou seja, que não aceitavam que aquilo continuasse a acontecer. Relativamente à parte do turismo, mencionou que tinham o problema das acessibilidades e da promoção, que as câmaras municipais e a Câmara do Comércio estavam a tentar fazer um trabalho de bem receber os turistas que iam chegar nos voos de Boston e de Madrid. Informou que havia um trabalho que estava a ser feito e que lhe parecia que ia ser mais bem feito do que em qualquer outra ilha da Região, mas que o que era certo também era que as verbas não apareciam. Acrescentou que a Câmara do Comércio fazia candidaturas que não eram aprovadas, bem como a ART, pelo que quando se dizia que a distribuição espacial estava feita, em termos de turismo, era verdade, mas que grande parte dela estava numa rubrica transversal a todas as ilhas. Mencionou que o que gostava era que todos conseguissem garantir que, pelo menos, os trabalhos que aquelas três entidades estavam a fazer, fossem aprovados nas candidaturas que já estavam há meses, a serem estudadas, para serem aprovadas. No que diz respeito as acessibilidades, disse haver também os tais constrangimentos na Base das Lajes, mas que não ia discutir aquele assunto, visto ser o tema a seguir e, aí sim, iriam discuti-lo. Disse haver, também, a questão do comércio e as candidaturas para a animação das cidades que estavam todas paradas e que não se enquadravam naqueles planos e orçamentos, mas que eram mais importantes para eles, pelo que o parecer tinha que, acima de tudo, dar uma tónica naquilo que era importante para a competitividade e o emprego da Região, independentemente dos valores que estavam lá inscritos. Concluiu dizendo que, tinham que garantir que aqueles que eram necessários para se desenvolver as atividades, para trazer a competitividade à economia da ilha, eram efetivamente aprovados, de forma a se poder desenvolver o respetivo trabalho. -----

**O Deputado Luís Rendelro** usou da palavra e disse que queria acreditar que todos tinham lido o documento que ali estava, ou seja, "Plano/Anteproposta do Plano Açores 2016, Conselho de Ilha da ilha Terceira" e que iam discutir aquele e não o que não estava ali. Disse que iam ter coragem, para falar do que estava ali, porque



anteriormente o Professor Álamo Meneses tinha referido o termo agachar e que, naquele momento ia adjetivar e utilizar exatamente o mesmo termo para perguntar durante mais quanto tempo é que os conselheiros da ilha Terceira, nomeadamente aqueles que representavam as instituições da sociedade civil, iam estar agachados perante um conjunto de coisas que ali aconteciam, porque se lessem aquele documento, com certeza que lhes iam disparar uma data de campainhas, uma vez que ele era exatamente igual aos planos ou às antepropostas de planos dos últimos quatro anos daquela legislatura. Repetiu que eram todos iguais, e deu exemplos, começando pelas obras, questionou se era naquele momento que se ia equipar o Laboratório Regional de Veterinária; que se ia acabar o Parque de Exposições da Ilha Terceira; que se ia acabar a Biblioteca Pública; que se ia transformar o Porto da Praia, que se ia requalificar e que se ia construir ali uma plataforma logística. Acrescentou que se previa a construção de entrepostos frigoríficos numa data de Portos da Região, mas que isso não acontecia para a Praia da Vitória, questionou se era naquele momento que se ia fazer o terminal de cargas na Aerogare Civil da Base das Lajes e, por fim, questionou se queriam que continuasse com as obras estruturantes para a ilha Terceira, se se lembravam da discussão que tinham tido a propósito do PREIT ou se ia estar toda gente na ilha Terceira à procura de outros responsáveis que não vinte anos de governação regional e de uma estratégia para a Terceira que vinha a conduzir à atrofia, à estagnação e ao retrocesso da mesma. Informou que o nome era Governo da República, que quantos dos presentes é que, se calhar, já não se tinham comprometido demasiado com aquela governação, pelo que estava na altura de ter coragem de dizer aquilo. Relativamente aos transportes, SATA, disse que muita coisa tinha corrido mal em sucessivos anúncios da ilha Terceira. Lembrou que o Governo Regional dos Açores era dono de uma companhia aérea, pelo que deveria ou não a SATA servir os Açorianos, no caso a ilha Terceira, de modo a ter sido tampão ao que tinha acontecido com a especulação de preços nas viagens para a mesma, ou a SATA tinha aproveitado aquilo, como o próprio Presidente da Câmara de Angra já havia denunciado, para se financiar à custa dos Terceirenses. Referiu que era preciso dizer de quem era a culpa, quem é que nomeava os conselhos de administração e quem é que definia as políticas. Navios, sobre o assunto disse que tudo aquilo que vinha sendo dito, nas comissões parlamentares, naquele momento na Assembleia Regional, acerca

do que se passava com o transporte marítimo na Região, tinha sido bastante elucidativo. Lembrou que continuavam sem uma política de cargas ou de passageiros, que servisse a Terceira; que continuavam sem ter o Porto da Praia a servir de plataforma logística ou a servir a Região; que já se começava a discutir, noutra ilha, a construção de um segundo porto e que, de facto, na Terceira quem estava no poder, ia fazendo as críticas mas não apontavam os culpados. Disse que não era só fazer um parecer acerca daquilo que não estava, tinha que se começar a colocar o dedo na ferida. Setor agrícola, leite, acerca do tema disse que percebia que a Associação Agrícola ficasse contente com a remodelação do matador e que os apoios fossem importantes, mas que não percebia que se aceitasse que as coisas fossem andando na mesma, quando tinham garantido que o setor estava mais que preparado, na Região, para o impacto do fim das cotas leiteiras, sendo que, atualmente, a agricultura estava de gatas, porque não estava preparada e continuava sem estar. De seguida, disse que na Terceira a crise do setor leiteiro, ainda estava mais grave, porque sofriam do monopólio da indústria e da transformação e, como era monopólio, não havia concorrência nem preços, os preços continuavam a cair e a ilha, que tinha um produto fantástico, fruto daquilo que tinha sido o empenho dos produtores, quer na genética, na alimentação, nos solos, nas instalações, etc., continuava a ter um produto excelente a ser transformado em linhas brancas e produtos banais, ou seja, em vez de ter valor acrescentado, estava a ser desvalorizado naquilo que estava a ser transformado. Questionou sobre as respostas governativas regionais para Terceira relativas à questão em causa; sobre a fábrica prometida à Associação Agrícola da ilha Terceira e se tinham tido coragem de apontar o dedo. Turismo, relativamente a isso, disse que tudo estava mal e lembrou que o conselheiro Sandro Paim tinha assento na ATA e que esta havia disparado os seus custos. Posto isso, questionou sobre os resultados da ATA na Terceira; sobre uma política própria de promoção do turismo para a ilha Terceira; sobre o trabalho de captação de fluxos turísticos das câmaras municipais; sobre os investimentos âncora, em termos de eventos de desporto, onde é que se realizavam; quem, na Terceira, já havia criticado aquilo que ia para os eventos desportivos de grande dimensão, para outras ilhas e não para a Terceira. Informou que não se importava que se fizesse nas outras ilhas, mas que se importava que não se fizesse na Terceira e que não se reivindicasse. Relativamente à saúde, questionou se tinha

servido de alguma coisa o debate que se tinha feito na Praia da Vitória acerca dos problemas do Hospital da Terceira. Relembrou que tinham tido, no Conselho de Ilha, a Presidente do Conselho de Administração a fazer mais política do qualquer um dos presentes, que eram eleitos políticos e questionou se se tinha resolvido alguma coisa. Educação, sobre o tema, disse que todos podiam ter acesso aos dados do sucesso educativo na ilha Terceira e questionou se estavam contentes com os mesmos. Disse que, naquele momento, até já tinham mais infraestruturas do que alunos, mas onde estavam os resultados. Emprego, disse que tinha estado presente numa reunião do Conselho de Ilha e numa reunião da Câmara de Comércio um secretário de estado que tinha traçado um quadro negro acerca daquela que era a situação de emprego na ilha Terceira, fase ao todo regional. Requalificação urbana, disse que todos sabiam a crise que atravessava, a nível regional, o setor da construção civil, que as obras que se estavam a fazer e que constavam da carta regional de obras públicas, iam favorecer pouco as empresas. Disse que não havia um plano de requalificação urbana, a sério, para os centros históricos da Região, nem um incentivo, a sério, para que as pessoas, independentemente dos seus rendimentos, pudessem candidatar e receber um apoio para requalificar as suas habitações e dinamizar as pequenas empresas de construção civil. Geotermia na Terceira, disse que a empresa já estava a despedir pessoas, mas que todos os anos se denunciava que era agora, que era dali a poucos meses, que ia arrancar o projeto geotérmico. Reposição do diferencial fiscal, relativamente a isso, disse que aquela era uma das situações em que se tinha legislado para que outros cumprissem, mas que os outros ou queriam ou podiam, sendo que, naquele caso, não quiseram e não puderam. Acrescentou que podiam ter repostos o diferencial fiscal, na íntegra, para aquilo que era o período pré-Troika, mas que o Governo Regional não quis e que aquilo que tinha sido dito no Conselho de Ilha, e muito bem, quanto ao pagamento dívidas, não havia maior impulso na economia do que o valor de pagar aquilo que se devia. Referiu que se o setor público empresarial regional pagasse aquilo que devia, havia, na economia das ilhas todas, um impulso. Acrescentou que a anteposta de plano em causa, revelava aquilo que aconteceu nos anos todos, porque o que ali estava não era para cumprir e, se calhar, algumas daquelas coisas iam servir para cortar uma fita na véspera das eleições. Disse que se os senhores estavam confortáveis com aquilo, ia emitir um parecer igual ao dos anos anteriores, inoculo,

h

inofensivo, etc. Concluiu dizendo que se achavam e queriam dar a cara para a responsabilidade que tinham, que a Terceira estava a ficar para trás, não era só fazer conferências de empresa nem artigos nos jornais, era rejeitar aquele plano e dizer não servia na Terceira, que era mais do mesmo, que eram promessas, que não tinha credibilidade nenhuma porque era igual aos outros, pelo que se os outros não tinham sido cumpridos, não acreditava que o fosse naquele momento. -----

**O Conselheiro José António Azevedo** usou da palavra e disse que, o Deputado Luís Rendeiro tinha antecipado uma parte daquilo que tinha para colocar na sua intervenção e, realmente, era uma necessidade concreta da ilha Terceira, ou seja, a questão de indústria de lacticínios. Disse pensar que todos já conheciam um pouco o cenário que se vivia, há cerca de vinte e cinco anos concretamente, na Terceira, uma situação de monopólio, de não valorização dos produtos, uma situação que estava a "roubar" dez milhões de euros, só na produção de leite a nível anual, comparando com os valores pagos à produção a nível de São Miguel. Referiu que era, de certa forma, uma penalização acrescida na economia da ilha Terceira. Relembrou que estava previsto, no PREIT, uma nova indústria de leite/lacticínios, um possível cenário que esteve sobre a Mesa de possíveis parceiros do investimento paralelo com a Associação Agrícola que recorresse a apoios comunitários, sendo que, naquele momento era uma situação desfavorável que até as próprias indústrias, já instalados no setor, a nível Europeu, há vários anos que atravessavam grandes dificuldades com a crise do leite, colocavam num cenário muito remoto essa hipótese. Disse que, o Governo Regional, devia ter uma opção bastante diferente, naquele capítulo, para a ilha Terceira, devia mostrar uma postura diferente, uma postura de empenhamento e até de parceríssimo com os produtores, para que se conseguisse criar uma pressão perante a indústria instalada na ilha. Acrescentou que, estando previsto no PREIT e não no Plano e Orçamento para dois mil e dezasseis, deveria ter uma rubrica de apoio ou sustentabilidade ao sector de leite, concretamente para a ilha Terceira, mas que achava que o problema tinha que se resolver de raiz, e, como tal, só com uma reestruturação da unidade de transformação de lacticínios ou uma nova concretamente para a Terceira, ficando, assim, resolvidos muitos dos problemas que se estavam ali a debater. Relativamente ao Matadouro da ilha Terceira, disse saber que estavam previstas obras para o mesmo, mas que quando tinha visto, no Plano e Orçamento,

apenas trezentos e quarenta e dois mil euros destinados às mesmas, tinha tentado perceber concretamente qual era a obra a ser feita, tendo verificado que era apenas a restauração da abegoaria, sendo que, para o Matadouro de São Miguel, estava previsto um milhão e novecentos mil. Concluiu dizendo que os matadouros eram praticamente idênticos, que as necessidades eram as mesmas e a discrepância do investimento era de tal monta. -----

**O Conselheiro Álamo Meneses** interveio e disse que a parte mais fácil da análise já estava feita, que havia sido feita pelo deputado Luís Rendeiro, porque, de facto, quando iam para a discussão da fé ou da falta dela, essa era a parte mais fácil. Quanto ao que estava inscrito no Plano, disse que tinha tido o cuidado de ver com pormenor todas as questões que diziam respeito à Terceira, direta e indiretamente, pois o que estava ali, estava. Acrescentou que havia questões que gostariam que fosse mais, outras que, se calhar, eram suficientes mas que aquela não era a questão essencial, que a questão essencial do Plano, e que, se calhar, estava a faltar na ilha Terceira e estava a faltar aos presentes no Conselho, era quebrarem com aquilo que era a tradição. Disse que o Plano era um bom Plano bom, com as obras que se quiseram no passado, algumas que já não se queria no presente, mas, em fim, tinha todas as virtudes e desvirtudes de um Plano que era o típico Plano do Governo. Referiu que aquela questão, do seu ponto de vista, estava bem resolvida, que não era por causa do que estava ali que se deveriam estar aborrecer, nem pelo que não estava, que a questão não era essa, a questão tinha que ver com questões de natureza estratégica em que a maior parte delas, infelizmente, passavam completamente ao lado do Plano. Como exemplo referiu a questão da nova fabrica, que não tinha lugar no Plano porque se tratava de um investimento privado. Acrescentou que havia questões que eram mais importantes e que não tinham a ver com isso, mas sim com a maneira como, na ilha Terceira, funcionavam e, essencialmente, aquilo que consideravam como importante. Posto isso, disse que começaria do fim, porque talvez fosse a questão mais importante, ou seja, a questão dos lacticínios que, naquele momento e do seu ponto de vista, era a maior ameaça sobre a economia da Terceira, naquele momento maior do que aquela que estava ligada à Base das Lajes e a todas as outras, porque ela ia mexer num dos setores endógenos que eram verdadeiramente sustentáveis, pelo que era fundamental resolver aquele problema, mas que para resolver o mesmo era

preciso que houvesse, da parte de quem estava na lavora, a iniciativa e a união necessário em torno disso. Acrescentou que a questão não se resolvia com mais apoios ao rendimento, a questão era saber se queriam ou não a nova fábrica; se tinham ou não coragem para quebrar como status quo; se tinham ou não coragem de dizer que não era aquilo que queriam, mas que vinham andando num sapateado em torne daquela matéria e ninguém dizia nada, quer no Conselho de Ilha, quer nas reuniões do PREIT. Disse que aquela era uma questão que, obviamente, tinha a ver com o Plano, embora indiretamente tinha a ver com os investimentos disponíveis para a agricultura, mas não devia de estar expreso no Plano, eles é que tinham de fazer expressar os interesses da Terceira. Referiu que havia outras questões que tinham que ver com a perda da competitividade e da centralidade da ilha, que não tinham a ver com aqueles investimentos, mas sim com aquilo que queriam fazer, sendo que uma delas era a questão das aves. Disse que era um bocadinho ridículo, estarem a discutir de onde vinham os frangos, mas a verdade era que aquela era uma questão paradigmática do que estava a acontecer. Lembrou que, paralelamente às aves, tinham o problema da alfândega e dos correios, em que, qualquer dia, uma carga para chegar à Terceira tinha que vir por São Miguel, ou seja, havia ali outras questões que eram de natureza estratégica e que era preciso pôr os olhos nelas. Acrescentou que aquelas eram matérias que precisavam ser resolvidas e que não tinham a ver com nenhum investimento que devesse estar no Plano, mas sim com a maneira como as coisas se organizavam e da maneira como elas funcionavam. Disse que era importante dizer ao Governo que, mais importante do que o que estava no Plano, que da sua parte considerava-se satisfeito com o que está no mesmo, era aquilo que era preciso fazer do ponto de vista estratégico, para que o Plano tivesse, de facto, significado e se transformasse num instrumento para o desenvolvimento da Terceira. De seguida, falou em duas outras questões, que eram associadas uma à outra e que tinham que ver com a logística, quer do ponto de vista da carga aérea, quer ponto de vista marítima. Disse que eram duas áreas onde era preciso dar cumprimento àquilo que também já estava legislado. Informou que, em relação à questão de logística internacional, ainda não tinha percebido bem todos os contornos do projeto, mas que havia uma matéria que já tinha percebido e que há anos que estava em legislação regional, que era a criação de uma plataforma logística, de nível regional, na Terceira,

o que implicaria que as ligações diretas ao exterior passassem, efetivamente, a acontecer. Referiu que, a verdade era que estava previsto no Plano Regional do Ordenamento do Território, que na Praia da Vitoria funcionava uma plataforma logística alternativa a Ponta Delgada, pelo que pensava que era preciso dizerem que na Terceira se considerava absolutamente inadmissível que se fizesse novos investimentos num porto, fosse no novo ou no velho ou outro qualquer de Ponta Delgada, enquanto o Porto da Praia estava a dez ou cinco por cento da sua capacidade. Acrescentou que a lógica disso era apenas centralizar uma atividade em Ponta Delgada, mais nada. Referiu que aquela situação não tinha a ver diretamente com o Plano, mas sim com a organização do investimento que estava a ser feito, que era fundamental que as questões logísticas da Terceira, fosse na vertente aérea ou marítima, fossem tomadas a sério e resolvidas de uma vez por todas e que essa era uma questão importante que ficasse no parecer, daí subscrever integralmente aquilo que tinha dito o conselheiro Sandro Paim sobre a matéria em causa. Finalmente a questão da promoção do turismo, sobre o assunto disse que a Câmara do Comércio e as duas Câmaras Municipais têm feito um esforço enorme naquele sentido, mas que a verdade era que quando precisavam complementar esse esforço, nunca chegavam a lugar nenhum. Informou que havia um investimento muito grande a ser feito na promoção do turismo nos Açores e estava expresso no Plano, sendo que não estava expresso como é que ele era distribuído, pelo que tinham que fazer com que ficasse muito claro que não podiam continuar a chamar Açores ao que estava em São Miguel e a chamar as ilhas, ou a Terceira, ou a Graciosa, ou o que estava nas outras ilhas. Acrescentou que aquilo que era a distribuição de despesas da ATA era uma inaceitável catástrofe e era preciso pôr um adjetivo também aí, porque aquilo não podia funcionar daquela forma. Concluiu dizendo que aquela era uma matéria que também tinha que ficar expressa no parecer e era importante, porque quanto ao Plano, ele estava bem e recomendava-se, do seu ponto de vista tinham um excelente Plano. Quanto às questões que estavam anexas ao Plano, havia muita coisa a fazer e muitas melhorias a introduzir. -----

**A Deputada Cláudia Costa** usou da palavra e disse que queria, muito rapidamente, tentar resumir aquilo que lhe parecia importante ressaltar ali. Disse que, efetivamente, naquele momento, aquela era uma anteproposta de Plano e, portanto,

h

era um documento aberto que, naturalmente estava sujeito a alterações e sugestões. Acrescentou que, embora o que tivesse sido perguntado fosse a posição, o parecer sobre a anteposta, achava que deviam ponderar para além do Plano, porque este era uma lista de obras, de números e de intenções e se o que era pedido no parecer era sobre isso, achava que ele era positivo porque vinha de encontro a uma serie de aspetos importantes para a ilha Terceira. Posto isso, referiu que ao dizerem que não estavam de acordo com o Plano, estariam a dizer que não estavam de acordo com o equipamento e o apetrechamento do Laboratório Regional de Veterinária e com todas as outras questões que ali estavam, mas que não era isso, pelo que tinham que distinguir entre duas coisas, ou seja, se estavam de acordo com o que estava ali ou se queriam mais, que não estava ali, ou se queriam que o que ali estava tivesse valores diferentes e tivesse fases diferentes na sua organização e excussão. Relembrou que o senhor presidente da Câmara de Angra também havia colocado a questão daquele ponto de vista, ao dizer que estavam ali a falar de outras questões que tinham que ser, necessariamente, consideradas pelo Governo Regional e que tinham que ver com constrangimentos que a ilha enfrentava naquele momento, em virtude de uma espécie de tempestade perfeita que se tinha formado e que tinha feito com que, no mesmo período de tempo, um curto período de tempo, a ilha sofresse constrangimentos vários, muitos diversos. Disse que tinham a questão do leite, que já tinha sido abordada e que, naturalmente, não fazia sentido estar ali, por se tratar de um investimento privado, mas que era uma questão das mais importantes que a ilha atravessava de momento. Disse que tinham a questão resultante da mitigação da redução do contingente militar na Base das Lajes, que também não estava ali transposta, entre outras, como as questões logísticas que o conselheiro Sandro tinha abordado. Acrescentou que o que era preciso, na sua opinião, era se concentrarem sobre o Plano, o que pensava o Conselho de Ilha e que opinião tinha sobre a lista, as intenções de obra que o Governo ali colocava. Disse que, outra coisa diferente era pensarem se isso resolvia ou se aquilo que ali estava, de per si, resolvia as questões e os constrangimentos que a ilha tinha e que muitos resvalavam para além do que estava ali colocado. Mencionou que estavam perante duas questões completamente diferentes e que, julgava, só as deviam misturar, até ao ponto em que elas defendessem o interesse da ilha, não deviam tentar fazer com que umas passassem



por outras, ou seja, com que as dificuldades que a ilha se defrontava, com o voto contra um Plano, o voto contra o plano não espelhava que havia questões com as quais não concordavam ou que não estavam suficientemente desenvolvidas. Referiu que sabiam que, por exemplo, a questão da promoção turística tinha sido, ao longo do tempo, uma questão recorrente para a ilha, infelizmente porque, como tinham visto, a liberalização do espaço aéreo tinha sido benéfica para os Açores mas, de certa forma, tinha criado constrangimentos à ilha Terceira, pelo que era algo que deveriam repensar e debater, aliás como estava agendado de seguida. Informou que achava que o que era importante dali era não misturar as águas, ou seja, dizer ou pensar que ao dizer que estavam contra aquele Plano, o que estariam a dizer era que aqueles investimentos não eram os pretendidos, ou que achavam que não se devia completar a última fase de um investimento que tinha, necessariamente, vários anos de implementação. Acrescentou que tinham que perceber, claramente, que uma coisa era a estratégica turística não estar devidamente como achavam que deveria estar para a ilha ou como gostariam que se estivesse ou, do ponto de vista logístico, as restrições que tinham que enfrentar, sobretudo ao nível da utilização do Porto, mas também do Aeroporto e outra questão eram as obras que ali estavam espelhadas e, pelo menos do seu ponto de vista, a maioria delas, se não a sua totalidade, eram benéficas para ilha e, muitas delas, eram o fecho de obras que, obviamente, dizer-se que estavam contra, estavam-se a posicionar contra uma obra que estava na sua fase terminal, na sua fase de conclusão. Depois, disse que gostava de abordar uma questão que lhe parecia importante e que tinha a ver com a ilha, ou seja, disse que tinham começado o Conselho de Ilha com algo que lhe parecia, porque estavam no Conselho de Ilha, um pouco caricato, porque estavam a discutir se a sede de algumas questões devia estar em Angra ou na Praia, pelo que era exatamente o contrário do que se previa de um Conselho de Ilha. Acrescentou que, se o Conselho era de ilha, defendia a ilha e não estava, ou não deveria estar, tao preocupado com as questões das fissuras entre uma autarquia e a outra. Informou que, sinceramente e com fraqueza, para si, era irrelevante se a sede da RTP estava em Angra ou na Praia, pois estavam a falar de distâncias curtíssimas e, portanto, não era um problema. Referiu que das questões com que a ilha se defrontava, seguramente, aquela não seria uma delas, mas que tinham perdido algum tempo a discuti-la, sendo que havia questões que achava que

h

mereciam, da parte do Governo, uma atenção substantiva. Informou que, durante algum tempo, costumava dizer, um pouco na brincadeira, que a ilha Terceira estava ensanduichada, pelo que ia usar uma imagem, não era um adjetivo mas uma imagem entre duas realidades, a realidade de São Miguel, que a Terceira aprendeu, estimulou, até um certo ponto, a invejar embora achasse que deviam ser, sobre certo ponto de vista, bairristas. Disse que a questão que se colocava era que a Terceira, com o PREIT e com a existência deste, tinha passado a ter medidas específicas e medidas que atentavam e contribuíam para o seu desenvolvimento específico, ou seja, sobre um certo ponto de vista, tinham medidas que aproximavam das ilhas de coesão e, portanto, já não estava ensanduichada como deveria estar. Acrescentou que tinham que ter atenção, e tinham que contribuir para que aquela discussão se fizesse, ou seja, sobre o que era preciso para que a ilha se desenvolvesse, fosse competitiva, não tão competitiva como outros, porque o problema também era um pouco o problema da comparação permanente e estavam pouco concentrados e unidos em se defender. Questionou sobre o que a ilha tinha de específico que a pudesse fazer diferente e mais competitiva e disse que era evidente que as questões levantadas pelo Conselheiro Sandro tinham que ser atendidas, as questões da logística, quer a aérea, quer a marítima, as questões do turismo, porque se reparassem era algo interessante de analisar, ou seja, lembrou que o próprio triângulo criou uma dinâmica própria, São Miguel polarizou o grupo oriental, por um lado, e polarizou os Açores por outro e a Terceira ficava numa situação de alguma especificidade, por não se ter aliado à questão do triângulo, mas ficava um pouco naquele enclave. Disse que o enclave em que estavam é que lhes devia preocupar, que naturalmente não era isso que faziam naquele dia, porque estavam ali para dar a opinião sobre aquilo que era o Plano ou anteposta de Plano, que, como já havia dito, era aberto e suscetível de ter melhorias e de ter questões ali não incluídas. Acrescentou que, também, era preciso que se tivesse em atenção que sempre que se mexia num investimento ou que aumentavam o valor desse investimento, tinham naturalmente que pensar que havia investimentos que também tinham que ser diminuídos por aquela via. Posto isso, disse achar que a questão dos problemas que a ilha Terceira enfrentava ia muito para além do Plano e Orçamento, pelo que, seria útil que se concentrassem no que tinham e na

posição que o Conselho de Ilha devia tomar perante o documento colocado à sua consideração.-----

**O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro,** sugeriu um intervalo de dez minutos.-----

**O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro,** usou da palavra e disse que, dentro do que vinha a ser discutido, ia lançar para a Mesa o esqueleto do que estava feito e pedir que o Conselho comesse a convergir no sentido de preencher o mesmo. Como nota prévia, informou que o esqueleto do parecer estava estruturado em quatro pontos. O primeiro ponto tinha que ver com o Plano de Revitalização Económica para a ilha Terceira; o segundo, com as obras previstas, que não apareciam consagradas de forma explícita; o terceiro, com aquilo que, em grande parte, tinha sido discutido, ou seja, as questões estratégicas para a ilha Terceira, que não estavam diretamente consubstanciadas no Plano mas que o condicionavam totalmente; e o quarto ponto era uma lista de recomendações. De seguida procedeu à leitura integral do referido esqueleto. Posto isso, disse que, em termos de esqueleto genérico, pensava que grande parte do que havia sido dito, estava ali espelhado, que havia muitas coisas que tinham sido inumeradas que não apareciam no Plano. Acrescentou que concordava que mais do que discutir o cêntimo, no essencial, era garantir que por trás daquele Plano, e na vertente de Terceira, as questões chave tinham que estar claramente balizadas e tinha que se acabar com os obstáculos existentes, alguns deles resultantes de compromissos da Região. Relembrou que havia um em particular, ou seja, o Aeroporto das Lajes que extravasava as fronteiras da componente, mas que tinha que ser o Governo Regional a pressionar as entidades da república, não podia ser as Câmaras da Terceira, nem a Câmara do Comércio a fazê-lo, se bem que estavam disponíveis para colaborar. Concluiu pedindo que, dali por diante, as intervenções fossem à volta daquele esqueleto e, como era a segunda rodada, pedia no máximo três minutos por cada uma das intervenções.-----

**O Conselheiro Pimentel Dias** interveio e disse que, na parte das recomendações, á semelhança do que se vinha a fazer com a apreciação dos Planos dos anos anteriores, a UGT gostaria que ficasse a recomendação de que as antepropostas do Plano deviam

ser acompanhadas da proposta de Orçamento Regional, bem como das taxas de execução dos planos anteriores, que se desconhecia e era importante. Acrescentou que o Conselho de Ilha não conhecia as referidas taxas e que, só para chamar a atenção para um pormenor do Plano, constava do mesmo, pelo menos do exercício que a UGT tinha feito, cinquenta milhões de euros de compromissos já definidos, exemplo disso o Hospital de Ponta Delgada e Hospital de Angra. -----

**O Conselheiro Álamo Meneses** usou da palavra e disse que o que podia fazer era reforçar aquilo que já havia dito, ou seja, que tinham um bom Plano, no que dizia respeito àquilo que lhes era proposto e, portanto, no que dizia respeito ao Plano o parecer que tinha sido lido era equilibrado e correspondia ao que tinha sido discutido. Acrescentou que, eventualmente, teriam que acrescentar algumas das questões extra Plano que lhes preocupavam, nomeadamente as questões que diziam respeito ao Aeroporto, como aquele documento ia para a Assembleia, se calhar, devia entrar, bem como as questões relacionadas com as aves, que já no ano passado tinham colocado no parecer e que não tinha sido devidamente entendido, mas que continuavam a achar que era importante voltar-se a colocar. Em relação ao Plano, disse haver ainda uma questão que, dos caminhos que estavam explicitados, havia um que tinha entrado, recentemente, na lista das preocupações que era a Canada do Capitão, na Ribeirinha, consequência dos últimos eventos de chuvas, pelo que deveria ser acrescentada.-----

**O Conselheiro Péricles Ortins** interveio e disse que, concordando com a generalidade das intervenções e do trabalho feito no Conselho de Ilha, mais de noventa e cinco por cento, podia subscrever, por isso, não ia repetir. Referiu que não concordava, que saísse dali, com a aprovação na generalidade do Plano, pelas razões todas que tinham dito. Acrescentou que o parecer, elaborado pela Mesa, lhe parecia, na parte das sugestões e ouvindo quase todas pela primeira vez, muito pertinentes e oportunas, daí que a posição do voto não seria, naturalmente, contra a forma como estava a ser surgido, mas eventualmente contra a aprovação na generalidade do Plano.-----

**O Deputado Luís Rendeiro** interveio e disse que, tentando também ser muito rápido, porque a maioria das questões já tinham sido ditas e debatidas. Disse que já tinha percebido a posição de todos e, de facto, achava que o que separava a sua opinião, e não tendo direito a voto como deputado mas expressando aquilo que era a sua

posição como deputado eleito pela Terceira, era dizer-se que o Plano era genericamente positivo ou genericamente bom. Acrescentou que aquele não era um excelente Plano, ao contrário daquilo que havia sido dito, o que era importante era que os planos fossem credíveis e verdadeiros e que se o Conselho de Ilha queria ser exigente com o Governo Regional, as exigências tinham que ser consequentes. Disse que não era só ser exigente ano após ano, as coisas não se faziam, as obras arrastavam-se, os investimentos não se concretizavam e a Terceira definhava e, de facto, não eram exigentes, não havia uma consequência, não havia algo que acontecesse na Terceira caso o que era prometido para a mesma não fosse cumprido e aquilo que tivessem prometido não estivesse a ser cumprido, em todas as áreas de atividade, pelo que era por isso que estavam como estavam. Acrescentou que se aquele Plano agora era um bom Plano e era verdade e servia a Terceira, mostrava que os planos anteriores não eram verdade e não serviram bem a Terceira. Disse que tinham que reparar que aquele era o último Plano de uma legislatura, pelo que não deveriam estar a perguntar porque é que um conjunto de investimentos, que tinham sido prometidos, programados e que tinham tido financiamento atribuído, não tinham sido concluídos, como era o caso do equipamento do Laboratório Regional de Veterinária. Referiu uma questão que não tinha sido abordada, ou seja, o turismo de cruzeiro, disse que a Terceira estava fora do turismo de cruzeiros na Região. Informou que, naquele momento, o Governo Regional dos Açores estava em dívida para com a Terceira, no valor de sessenta milhões de euros, valor esse, altamente participado por fundos comunitários, que era aquilo que custaria o investimento prometido e garantido pelo Presidente do Governo de então, que se ia fazer um cais de cruzeiros com uma participação, de fundos comunitários, brutal. Acrescentou que o dinheiro não tinha entrado na Região através da Terceira, nem tinha entrado na Terceira, não tinha sido feito nem em Angra, nem na Praia e não tinha sido encontrado um outro investimento, do mesmo valor, que compensasse a economia Terceirense pela quebra de um tão importante compromisso eleitoral. Relativamente ao setor leiteiro, disse que havia uma questão que via com preocupação, apesar de para o agricultor a título individual poder ser positivo beneficiar de um resgate leiteiro ou de uma reforma antecipada, em sentido lato, o que ia fazer era retirar pessoas do setor agrícola, diminuir o emprego e o auto emprego no setor agrícola e ia promover uma

h

maior intensificação da agricultura local e uma menor capacidade do setor de promover o trabalho próprio, extensificação do produto de qualidade. Acrescentou que iriam ter uma continuada massificação e o agravar dos problemas que tinham atualmente, com a retirada de pessoas, de forma precoce, ao setor. Disse achar que considerar o Plano em causa positivo quando ele repetia aquilo que não tinha sido cumprido nos anos todos, era enganarem-se a eles próprios e a quem estava á espera que a Terceira tomasse uma posição. Acrescentou que não acreditava que aquele Plano fosse para cumprir, como os outros também não o tinham sido, pelo que julgava que para além daquilo que tinha sido dito, havia dessincronizas graves entre o Plano de Revitalização da Ilha Terceira e o Plano Regional para dois mil e dezasseis, e que também as havia com aquilo que estava calendarizado na Carta Regional das Obras Públicas, na sua primeira versão, sendo que já tinham a segunda versão que já atirava para a frente, em termos de calendários, um conjunto de investimentos, muitos deles estavam na referida Carta e não estavam no Plano, pelo que, se calhar, qualquer dia tinham uma terceira versão da Carta e um adiar dos problemas. Informou que tinha achado pertinente o referido pelo Conselheiro Pimentel Dias, ou seja, que achava que tinham que convocar um Conselho de Ilha para discutir as execuções dos planos, quer as financeiras, quer as materiais, porque mais do que discutir aquilo que se anunciava ano após ano, era discutir, essencialmente, aquilo que se fazia. Disse que tinham que ver, de facto, o que tinha sido cumprido, bem como o que não tinha sido e um Plano que necessitava que lhe fosse acrescentada uma lista tão grande e tão complexa de coisas, não era um Plano aberto, como tinha dito a Deputada Cláudia Cardoso, era um Plano que estava esburacado.-----

**A Deputada Cláudia Cardoso** usou da palavra e referiu que quando dizia que o Plano era aberto significava que havia questões que não surgiam no mesmo com o nível de detalhe que se percebia, daquilo que tinha sido o documento produzido e aproveitou para dizer que concordava com ele. Acrescentou que achava que o documento estava equilibrado, nomeava questões que era necessário serem nomeadas, mas que não estavam nem deveriam estar, porque ele trabalhava a um nível mais macro e não tão micro como o que ali estava. Disse saberem que o Plano era um referencial que invocava outros documentos, como era o caso dos Planos de Execução dos anos anteriores. De seguida, disse que ia aproveitar para esclarecer o Conselheiro José

Pimentel Dias que lhe parecia que não fazia muito sentido a recomendação por ele indicada, ou seja, que quando se pedisse um parecer ao Conselho de Ilha, sobre a anteproposta do Plano, que deveria também vir apenso os relatórios de execução dos anos anteriores, uma vez que estes estavam disponíveis na página do DREPA, para livre consulta. Disse que não lhe parecia mal, numa futura reunião, que aquilo fosse proposto, fazer-se uma discussão sobre os relatórios de execução anteriores, que o que lhe parecia era não fazer sentido pedir que, aquando do parecer de uma anteproposta, viessem os relatórios de execução, porque naquele caso, cada um trataria e trabalharia os dados necessários para depois produzir o seu parecer. Relativamente às propostas que a Mesa trazia, disse parecerem-lhe equilibradas e consensualizadas e que havia um apontamento que achava importante referir, ou seja, o Deputado Luís Rendeiro tinha falado da questão de terem muitas infraestruturas e não terem alunos na ilha Terceira e da questão do sucesso educativo, pelo que gostava de, não sabendo se entenderiam que devesse ficar como recomendação, referir a questão da parte desportiva do antigo liceu de Angra, a Escola Emiliano de Andrade, que tinha a sua área desportiva bastante deteriorada e, como sabiam, tinham no concelho uma escola com excelente condições, a Tomás de Borba, sendo que os alunos que frequentavam uma e outra sentiam essa disparidade, pelo que julgava que seria algo que, necessariamente, teria de ser considerado e que lhes devia preocupar. Concluiu dizendo que, com uma utilização mais intensiva da parte desportiva, sobretudo essa, embora todo o edifício precisasse de uma intervenção, mas sobretudo essa, achava que podia ser, e devia ser, acautelada.-----

**O Conselheiro Paulo Barcelos** usou da palavra e disse que aquela era a primeira vez que estava naquele papel e que havia coisas que ainda não percebia a cem por cento, mas gostava também de fazer uma proposta que provavelmente ia ter o eco que tivesse, mas que daquilo que tinha ouvido, principalmente do Luís Rendeiro e da Dra. Cláudia, o parecer do Conselho de Ilha tinha não duas componentes mas três. A primeira era aquilo que constava do Plano, que todos tinham dito que era um bom plano, que o tinha lido, não na generalidade, mas que podia ser melhor. A segunda parte eram as achegas que faziam, das quais tinham sido apresentadas várias e todas elas, provavelmente, teriam importância, mas que depois havia uma terceira parte que se baseava naquilo que o Deputado Luís Rendeiro tinham dito e que lhe incomodava

h.

um bocadinho. Disse que fazia parte de uma associação e, como tal, tinham que fazer planos e, no ano a seguir, faziam o plano para o ano seguinte, mas no caso da sua associação faziam um relatório, sujeito a apreciação e votação, do ano anterior, daquilo que era o plano de intenções, o que tinha sido, efetivamente, feito ou não. Acrescentou que era com base nesse relatório que era feita a apreciação do bom desempenho. Referiu que o que lhe parecia que teria, eventualmente, acontecido era que, ano após ano, aquele Conselho, se calhar andava a apreciar e a votar Planos que eram sempre muito bem estruturados mas que não estavam a ser executados. Questionou sobre o peso que tinha o parecer do Conselho de Ilha, uma vez que aquele era o único documento que o Conselho emitia que tinha alguma força e algum peso, gostaria que no mesmo figurasse um preâmbulo, ou algo do género, onde chamassem a atenção para determinada medida, que já havia constado de outros Planos e que não tinha sido executada ou que o tinha sido mas não a cem por cento ou da melhor maneira, como forma de mostrarem o seu desagrado. Concluiu dizendo que, caso contrário, o documento que saía dali era novamente um documento que ia ser reproduzido para a sociedade Açoriana, em como o Conselho de Ilha estava agradado com aquilo que era um Plano de intenções, ou seja, se calhar iam estar a fazer o mesmo que nos outros anos. -----

**O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro,** interveio e, como nota prévia, explicou que emitiam pareceres sobre uma proposta de Plano, que muitos conselheiros que ali estavam renunciavam-se, na Assembleia Legislativa Regional, aquando a prestação de contas, sendo que os restantes conselheiros não o faziam. Acrescentou que, quanto á prestação de contas, o Governo Regional não consultava o Conselho de Ilha, uma vez que era única e simplesmente do fórum da Assembleia Legislativa Regional, que era quem tinha a competência de fiscalização. Informou que havia duas formas de fiscalizar a execução, através da Assembleia Legislativa Regional e do povo nas eleições, pelo que os Conselhos de Ilha não tinham esse tipo de componente fiscalizador. Referiu que o que o Conselheiro tinha dito tinha toda a pertinência, que nas câmaras também levavam os orçamentos, bem como a prestação de contas, às Assembleias Municipais, mas que relativamente ao Conselho de Ilha, emitiam pareceres sobre anteproposta de Plano com todos aqueles riscos, por isso, estava totalmente de acordo que, na lista de recomendações, houvesse um reforçar,



como já havia acontecido em pareceres anteriores, para o nível de exigência que o Conselho tinha, relativamente à execução do Plano, que estavam a emitir parecer, genericamente, favorável.-----

**O Conselheiro Sandro Paim** usou da palavra e disse que, tocando num aspeto que a Conselheira Cláudia Cardoso tinha falado, em relação à ligação ao grupo central, efetivamente convinha perceber porque é que com a liberalização, São Miguel cresceu muito, e quando estavam a falar de crescimento estavam a falar de cento e tal mil dormidas ou mais, enquanto a Terceira, naquele tempo todo tinha crescido mil dormidas, ou seja, era só para terem a noção que, em termos de valor, a Terceira tinha crescido menos do que São Jorge e Pico. Acrescentou que isso não tinha a ver com questões históricas, como a Deputada Cláudia tinha referido, e era simples de explicar, ou seja, a ligação dos barcos entre aquele triângulo, que vinham a defender que devia ser entre o grupo central, e que percebia que não se podia ter as mesmas ligações várias vezes por dia, mas que o que era certo era que, só para enquadrar no Plano, havia um valor que estava refletido naquele modelo de Plano, que eram as obrigações de serviço público para essas ligações e, nessas obrigações de serviço público que estavam naquele Plano, a Terceira e a Graciosa não apareciam, sendo que São Jorge aparecia porque estava ligado ao triângulo e eram milhões de euros que estavam a ser afetados às mesmas. Acrescentou que a grande diferença era que as pessoas entravam por São Miguel, ou por outra ilha qualquer, mas depois podiam ir àquele triângulo e sabiam que faziam a visita às três ilhas rapidamente, porque havia aquela ligação. Disse que devia estar claro, no parecer, que aqueles dois milhões que apareciam no \_\_\_\_\_?\_\_\_\_\_ não iam ser suficientes e já deviam estar feitos, sendo que, no PREIT, já era expresso que o lançamento da obra já devia estar a ser feito naquele semestre. Referiu que isso afetava, drasticamente, a questão da operação do turismo na Terceira e, por outro lado, o turismo decrescia na Terceira, ao contrário do que o Sr. Secretario Regional do Turismo tinha dito a todos. Disse que a SATA tinha um papel importante de regulação, que não o tinha feito, bem como no número de lugares e isso estava naquele Plano e Orçamento, porque quando tinham um orçamento de dotação para obrigações de serviço público, no caso do transporte marítimo, devia ser garantido que o Porto de Angra do Heroísmo estava englobado nas ligações, todo o ano, do Gilberto Mariano e do outro, porque isso fazia toda a diferença no turismo. Acrescentou que se

fossem a ver, também no Plano, tinham vinte e tal milhões para SATA, para a ligação inter-ilhas, mas onde é que estava a centralidade da Terceira, referida pelo Sr. Secretário Regional do Turismo, uma vez que tinham menos voos. Referiu que podiam dizer que não estava desagregado, não estava, mas sabiam qual era o valor, estava no Plano, e sabiam quais eram as obrigações, porque tinha sido publicado. Questionou se servia a Terceira, ou não, se não servia até podiam aprovar que o valor estava correto, mas a forma como estava a ser utilizado não estava, pelo que tinham de dizer isso mesmo. Em relação ao turismo, disse que era colocado três milhões de apoio à Terceira, mas não sabia onde eles estavam a ser utilizados, porque os eventos eram todos concentrados num sítio e ninguém entendia porquê e, depois, ainda se via mais nove milhões que não tinha distribuição espacial mas que sabiam que, tendencialmente, eram só para uma ilha. Disse que para a qualificação da oferta eram três milhões, mas que os Açores não tinham sinalética turística, nem havia uma estratégia de sinalética turística para os mesmos, mas que apareciam esses três milhões. Posto isso, disse que aquele valor deveria ser para um evento qualquer, era para isso que estavam lá aqueles valores não discriminados, que promoviam a região como um todo. Acrescentou que, para além daquelas duas obrigações, era garantir que o valor que estava no Plano, por obrigação de serviço público marítimo da ligação, incluía o grupo central e isso todo o ano. No que diz respeito às obrigações de serviço público, vinte e tal milhões que estavam para a SATA, que refletissem a centralidade da Terceira, que não estava. Relativamente ao turismo, que claramente se mencionasse ou desagregasse aquilo que eram valores que estavam lá apresentados e que, ano após ano, não via como chegavam à Terceira, quer na qualificação, quer na promoção. Concluiu dizendo que não via promoção para a Terceira, nem qualificação de oferta na Terceira, de forma alguma, e que quando dizia que não via, sabia exatamente o que estava a dizer. -----

**O Deputado Luís Rendeiro** interveio para questionar a Mesa se, e tendo em conta aquilo que era a nova lei, a lei que regia a composição e funcionamento dos Conselhos de Ilha, estando previsto e estando, julgava, presente na sala uma pessoa em representação do Governo Regional, se o Governo Regional não se deveria fazer ouvir. Disse que gostaria de saber, o representante do Governo Regional, em que função estava ali presente, que função desempenhava no Governo Regional e se num debate,

no Conselho de Ilha, de um documento tao importante, não tinha nada para dizer. Acrescentou que isso lhe parecia que era sintomático, da maneira como o Governo Regional se fazia representar e se defendia no Conselho da segunda maior realidade economia e social da região. Concluiu dizendo achar importante, naquele momento, perceberem o que o Governo Regional estava a fazer no Conselho de Ilha da Terceira.--

**O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro,** interveio e disse que agradecia a interpolação, mas que o Presidente da Mesa não ia fazer perguntas ao representante do Governo Regional. Acrescentou que ele intervinha se o entendesse, caso contrário, obviamente, também assumia, ou o Governo Regional assumia, o ónus de não ter feito nenhuma intervenção. Relativamente às questões que tinham sido acrescentadas por todos os conselheiros, disse que iam ser colocadas no parecer e enumerou algumas delas, como foi o caso de se garantir a sustentação e o reforço das condições de se rececionar pessoas e mercadorias; a questão das aves; do turismo de cruzeiro; o nível dos não investimentos na parte educativa e, naquele caso em concreto, deviam juntar duas, ou seja, a área desportiva na Escola Emiliano de Andrade e a reabilitação da Escola Vitorino Nemésio; as obrigações de serviço público e da forma que as dotações agregadas, seguindo aquilo que tinha sido feito até ao momento, não beneficiavam absolutamente em nada a ilha Terceira e eram essenciais e as antepostas dos planos serem acompanhados pela proposta do orçamento. Informou que aquilo que havia sido dito ficaria anexado. Relativamente ao resto, disse que o Governo Regional tinha assumido um compromisso para com a Terceira, após o problema do *down-sizing* da Base e que pensava que lhes competia, obrigatoriamente e em primeira instância num parecer, confrontar o que ali estava com o que estava naquele parecer. Disse haver uma outra questão que também achava que era muito importante ficar e espelhava o sentimento, ou seja, reforçar o enfoque que o Conselho de Ilha dava à obrigatoriedade de cumprir com a execução dos planos, compreendendo o porquê de algumas coisas não terem avançado e se ter optado por se enquadrar no novo quadro comunitário e, se calhar, fazer outras que o novo quadro não apoiaria. Disse haver questões de incumprimento que não resultavam apenas de má gestão ou dificuldades de gestão, havia coisas que eram circunstanciais e estavam associadas a um quadro comunitário, sendo que a realidade económica, financeira e geográfica da Terceira estava muito dependente disso.-----

Ainda o **Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro**, informou que iam passar à votação do parecer, acolhendo o que tinha sido referido e não havendo triagem nenhuma, ou seja, aquilo que os conselheiros entenderam dizer, constava totalmente. Informou que o iria mandar, para o *e-mail* de cada um dos membros do Conselho, pelo que pedia que vissem se as recomendações, de cada um das entidades, estavam espalhadas da forma adequada, de forma a mandarem o parecer final com as mesmas. **Submetida a votação, a proposta de parecer, foi aprovada por maioria, com um voto contra.** -----

O **Conselheiro Péricles Ortins** interveio e disse que, em nome de quem representava e ouvindo os seus colegas, o seu voto contra o parecer favorável ao Plano em causa, concordando com a totalidade das propostas lá referidas.-----

O **Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro**, usou da palavra e propôs que passassem o ponto três da Ordem de Trabalhos para a próxima reunião do Conselho de Ilha, de forma a terem o tempo necessário, e que o tema merecia, para o discutir e votar. Não havendo ninguém contra, passaram à discussão do ponto quatro que, conseqüentemente passou a ser o ponto três da Ordem de Trabalhos.-----

### **3.DISSCUSSÃO SOBRE A POLÍTICA DOS MUNICÍPIOS NO ÂMBITO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NAS RECEITAS DO IRS.**-----

O **Conselheiro Pimentel Dias** iniciou a sua intervenção agradecendo, ao Sr. Presidente, o facto de ter agendado o ponto em causa para aquela reunião, sabendo, antecipadamente, que provavelmente não era um assunto que contaria com o seu voto favorável mas que reconhecia o espírito democrático de ter agendado o assunto e de permitir que esse fosse debatido no Conselho de Ilha. Disse que aquele ponto, e aquela era a sua sugestão de discussão sobre a participação variável nas receitas do IRS, estava contemplado no Regime Jurídico do Conselho de Ilha, onde se previa que competia ao Conselho de Ilha formular recomendações aos órgãos das autarquias sobre assuntos das respetivas contribuições, como era o caso em apreso. Naquele sentido, disse que tinha feito chegar, a todos os senhores conselheiros, a situação nacional e a situação regional, na Região Autónoma dos Açores e da Madeira,

relativamente à participação variável nas receitas de IRS, sabendo que aqueles quadros que estavam ali diziam respeito à devolução de IRS feito pelos Municípios em dois mil e quinze, pelo que não estava contemplado o que ia acontecer em dois mil e dezasseis e que se verificassem no quadro nacional, dos trezentos e oito municípios, noventa, no todo ou em parte, devolviam receitas de IRS. De seguida, disse que tendo em conta um desejo antigo por si formulado, ia ler a proposta que fazia ao Conselho de Ilha e solicitava a análise e reflexão acerca do mesmo. Posto isso, procedeu à respetiva leitura: *“Noventa Municípios optaram por devolver aos seus munícipes, em dois mil e quinze, relativamente aos rendimentos auferidos em dois mil e catorze, total ou parcialmente a participação no IRS que lhes era transferida anualmente pelo orçamento do estado. Os Municípios que optaram pela devolução de IRS, possibilitaram aos seus munícipes uma fatura fiscal mais leve ou um reembolso mais elevado, consoante os casos. Neste contexto, vinte e nove virgula vinte e dois por cento dos Municípios portugueses prescindiram de uma parte, ou da totalidade, da receita anual de IRS a que têm direito, para devolver aos seus munícipes sobe a forma de dedução à coleta. O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais permite que uma participação variável até cinco por cento no IRS dos sujeitos passivos, com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativo aos rendimentos do ano anterior calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções. Ora, por via deste instrumento, noventa Municípios, de um total de trezentos e oito, deliberaram devolver aos seus moradores uma percentagem entre dois e cem por cento dos cinco por cento da sua participação no IRS, relativo a dois mil e catorze. Segundo os dados disponibilizados pela Autoridade Tributária Aduaneira, dos dezanove Municípios da Região Autónoma dos Açores, somente o Município de Santa Cruz das Flores procedeu a uma devolução parcial, de vinte por cento, aos seus munícipes, na Região Autónoma da Madeira dois municípios, do total de onze, procederam a uma devolução parcial do IRS onde se incluem os Municípios do Funchal e de Santana, respetivamente com vinte e oitenta por cento de devolução de IRS. A título meramente ilustrativo, os Municípios mais generosos que optaram por “dar” a totalidade do imposto que lhes cabia são: Águeda, Alcoutim, Arganil, Armamar, Boticas, Carrazeda de Anciães, Gavião, Manteigas, Mealhada, Mortágua, Oeiras, Ponte de Lima, Resende e Sabugal. Desde dois mil e doze, tem-se verificado um aumento do número de*

Municípios que decidiram "oferecer" aos seus munícipes o desagravamento fiscal de IRS. Naquele ano, apenas quarenta e três aderiram à medida, número que aumentou, setenta e dois em dois mil e treze e para setenta e oito em dois mil e catorze, em dois mil e quinze, a lista dos Municípios generosos que abdicará da parte ou da totalidade da sua participação no IRS a declarar, voltou a crescer incluindo noventa Municípios. A devolução municipal do IRS tem sido um instrumento utilizado por cerca de trinta por cento dos Municípios portugueses, sobretudo, com objetivo de incentivar a fixação de novos moradores, travar a saída de munícipes e, sobretudo, aliviar a altíssima carga fiscal suportada pelos portugueses, em especial a classe média, sendo esses Municípios considerados pelos media como Municípios amigos do cidadão. Neste contexto, atendendo aos pressupostos enunciados nos pontos anteriores, proponho que o Conselho de Ilha aprove a seguinte recomendação: O Conselho de Ilha da Terceira, reunido em reunião ordinária no dia dezanove de outubro de dois mil e quinze, nos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, deliberou aprovar, ou por unanimidade ou por maioria, uma recomendação aos Municípios da Ilha Terceira, no sentido de considerarem a adoção de prescindirem de uma parte, ou da totalidade, da receita anual de dois mil e quinze do IRS a que têm direito, para devolver aos seus munícipes em dois mil e dezasseis, de modo a atenuar a pesadíssima carga fiscal que impende sobre estes, tal como possibilita o número dois, do artigo vinte e seis, da lei número setenta e três barra dois mil e três, de três de setembro." Concluiu dizendo que tinha enviado aquele documento a todos os conselheiros.-----

O **Conselheiro Álamo Meneses** interveio e disse que estava numa posição um bocadinho privilegiada, porque tinha diante de si o anuário dos Municípios, do ano de dois mil e catorze, com os dados atualizados sobre o que cada Município cobrava e qual era a situação financeira dos trezentos e oito Municípios do país. Acrescentou que gostava de dizer que aquelas políticas eram todas muito interessantes mas, mais uma vez, o que se estava a dizer aos Municípios era que podiam reduzir, obviamente não os obrigavam a reduzir, mas o objetivo acabava por ser o mesmo e colocavam os Municípios perante os munícipes como os maus da fita. Disse que eram políticas que o Estado, quando as fazia, deveria permitir ou deveria fazê-lo num conceito, num contexto de equilíbrio financeiro, o que não acontecia. Informou que o que acontecia era que as receitas próprias dos Municípios já representavam, no caso de Angra, cerca

de um terço da despesa, o que significava que estavam numa situação de uma dependência extraordinária em relação às transferências do Estado. Disse que quando abdicavam de receitas próprias, estavam a aumentar, ainda mais, essa dependência. Informou que Angra era, no contexto do Arquipélago dos Açores, a segunda melhor conta que ali estava, a melhor era Ponta Delgada que era quem melhor receitas próprias tinha e depois Angra e, mesmo assim, estavam numa situação de grande fragilidade. Disse que aquelas políticas podiam parecer generosas mas, na verdade, não eram, porque, mais uma vez, pelas razões que á bocadinho apontara, que tinham que ver com a equidade fiscal. Acrescentou que, depois, tinha outra questão relacionada com os serviços prestados pelos Municípios, ao contrário do que acontecia na generalidade dos países europeus em que os Municípios tinham cerca de cem por cento das suas despesas cobertas por receitas próprias, eles estavam na situação de pendurados no Estado, uma vez que a máquina fiscal deste absorvia, de tal maneira, recursos que não deixava espaço para os outros, mais-valia o Estado reduzir os impostos e abrir espaço para que as autarquias aumentassem os seus e, depois, tivessem a política fiscal que achavam que deveriam ter. Disse que andavam a jogar com cinco por cento quando deviam estar a jogar com vinte ou qualquer coisa como isso, porque era aquilo que era a percentagem de prestação de serviço às pessoas que cabia às Autarquias. Por outro lado, referiu que também gostava de dizer que, apesar da Câmara de Angra ter as suas contas, felizmente, equilibradas não tinham grande espaço para aquelas coisas, para não dizer que não tinham mesmo espaço para aquelas coisas, pelo que ou faziam aquilo e cortavam noutras coisas, que certamente não era o que os munícipes queriam, ou então não o faziam e o sensato era não fazer. Informou que estavam num daqueles pontos da sua história em que era assim que as coisas deviam ser feitas com aquela limpidez, não era andarem ali a mostrar aquilo tudo e entrarem naquelas coisinhas em que o Estado transfere, não transfere. Disse que, no caso da Câmara de Angra, transferia dois terços e esta tinha que cobrir o outro terço com receitas próprias, pelo que, quando começassem a descapitalizar, iam ficar cada vez mais dependentes dos humores do Estado, porque, obviamente, sobre aquilo que cobravam ainda tinham um pequeno controlo, sobre aquilo que o Estado transferia, tinham zero de controlo, recebiam aquilo que lhes queriam dar. Acrescentou que aquela situação tinha um peso enorme, do ponto de vista da

h

autonomia do poder local e tinha um peso enorme na qualidade dos serviços que podiam prestar, pelo que estava seguro que não era por causa de cinco por cento de IRS que pagavam, que os Angrenses iam querer que a sua Câmara entrasse em descabro financeiro ou que tivesse menos serviços. De seguida, disse que gostaria só de lembrar que em muitos outros países, ninguém lhes passou pela cabeça pagar apenas quatrocentos dólares de IMI, uma vez que este é que suportava as respetivas câmaras. Referiu que, em compensação, aquilo que era equivalente ao IRS estava lá para baixo, ou seja, quando se pagava num lado não se pagava no outro, sendo que isso era a forma correta, não como estava a ser feito. Concluiu dizendo que aquela era a razão pela qual recomendava que não fosse aceita aquela proposta.-----

**O Deputado Luís Rendeiro** usou da palavra e disse que tinha ouvido, atentamente, a argumentação do Presidente da Câmara de Angra e que, aliás vinha na linha do que já tinha dito há pouco. Disse que voltava, também, a referir que o que aquela lei fazia era permitir uma opção de cada município, não obrigava, permitia e cada câmara, depois, assumia se podia ou não fazer essa redução, se queria ou não queria, pelo que havia que enquadrar as opções camarárias, nas mais variadas áreas, se permitiam, ou não, beneficiar os munícipes, de acordo com aquilo que a lei permitia e aconchega-los nas suas opções. De seguida, disse que não se lembrava de ouvir o senhor Presidente da Câmara de Angra, nem o seu congénere da Praia da Vitória, fazer nenhuma crítica à lei e à atuação do Governo da Republica aquando da atualização do IMI, em que as câmaras aumentaram, brutalmente, a sua receita de IMI, porque estes tinham sido atualizados, as casas avaliadas...-----

**O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro**, interrompeu e disse que tinham reduzido no dobro as transferências do Estado, pelo que tinham de falar daquilo que sabiam.-----

**O Deputado Luís Rendeiro** retomou a palavra e disse que as reduções das transferências e os cortes tinham sido obrigatórios devido à falência do país, uma coisa que o PS negava. Acrescentou que estavam a falar daquela lei e daquele caso em concreto. Referiu que quando o IMI aumentou e as câmaras aumentarem receita, ninguém protestou e, naquela altura, quando se falava na possibilidade de fazer uma redução fiscal, no âmbito daquele imposto específico, não queriam. Disse achar que aquilo responsabilizava cada autarquia, e as que estavam ali eram o caso, competia ao



Conselho de Ilha da Terceira, que era assumirem se podiam ou não, á luz do seu equilibrio financeiro, e se queriam ou não. Concluiu dizendo que, pelos vistos, uma das duas coisas, se não ambas, estavam ali em jogo. -----

**O Conselheiro Norberto Messias** interveio e disse pensar que, antes de mais, aquela não era uma competência específica das assembleias municipais e das câmaras municipais e, portanto, o Conselho de Ilha não tinha que se pronunciar sobre o mesmo. Acrescentou que, enquanto membro de uma Assembleia Municipal e representante de uma Assembleia Municipal naquele Conselho, obviamente que tinha que votar contra a proposta em causa, por considerar que era imiscuir-se em assuntos que não eram competência do Conselho. Depois, quando se falava em reduzir impostos, disse que era bom que quem propunha ali que se reduzisse impostos, também tivesse a capacidade de propor em outros sítios onde se reduzia impostos e onde as reduções, de facto, podiam ser mais eficazes, porque quando se dizia que eram opções orçamentais, era óbvio que eram opções orçamentais, porque também o eram o aumentarem as despesas dos gabinetes dos ministros e, portanto, quando se aumentava as despesas dos gabinetes dos ministros e se reduzia as transferências para os municípios, eram opções orçamentais, mas as opções orçamentais dos municípios cabiam aos municípios e não ao Conselho de Ilha. -----

**O Conselheiro Pimentel Dias** interveio e disse que, só para esclarecer o Sr. Conselheiro Norberto Messias, só fazia propostas legais e que a proposta que tinha feito estava no Regime Jurídico do Conselho de Ilha, artigo nº dezoito, e procedeu à sua leitura. -----

**O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro**, usou da palavra e disse que quando se fazia o enquadramento genérico que vinha a ser ali feito, era preciso ter-se em conta várias questões, ou seja, em primeiro lugar, ninguém tinha falado, até ao momento, da redução das transferências do Orçamento Geral do Estado para os municípios. Em segundo lugar, ninguém tinha falado da obrigação, imposta pelo Governo da República, aos municípios, que havia uma retenção logo à partida de verbas dos municípios para o Fundo de Apoio Municipal, que era responsabilidade integral do Governo da Republica, em que, naquele momento cinquenta por cento era assumida pelos municípios. Em terceiro lugar, as receitas próprias dos municípios estavam diretamente relacionadas com todo o funcionamento da economia, sendo que chegou a ser duzentos/trezentos mil euros e, nos últimos anos, tinha anos que não

chegava a vinte e cinco mil euros, ou seja, os municípios tinham sido atacados, em termos das suas receitas próprias, de forma extraordinária e, por outro lado, havia questões que eram opções efetivas. Referiu que, certamente, os municípios que foram enumeradas não estavam a investir, falando concretamente da Praia que afetava trezentos mil euros por ano em programas de emprego, por opção. Acrescentou que tinha que ver os dois lados, o lado daquilo que podiam dar e ceder e, por outro lado, disse que estavam perante um dos maiores desafios, se não o maior desafio, dos municípios, ou seja, terem capacidade não só de se aguentarem e terem uma situação sustentável financeira, mas aproveitar o próximo quadro comunitário de apoio, porque no protocolo que a Associação de Municípios tinha com o Governo, os municípios que não o fizessem, perdiam plafom para as outras câmaras da Região que o fossem fazendo, pelo que tinham que garantir quinze por cento desse empreendimento. Em todo aquele enquadramento, disse que o que podia mencionar era que não era uma questão de vontade nem de não querer, era uma questão de responsabilidade perante as opções que tinha sido feitas e, essas opções, naquele momento, as principais, passavam por políticas de apoio á promoção de emprego e garantir os referidos quinze por cento para desenvolver os projetos de competitividade que pudessem garantir emprego sustentável no concelho para as novas gerações. Informou que era por aquela via que iam tentar fazer a fixação, que mais do que por uma via de um componente de IRS, se fazia por as pessoas terem emprego e condições de ter uma casa. Informou que não se arrependia, absolutamente nada, de afetar os trezentos mil euros anuais, para ajudar dezenas de famílias que, de outra forma, não teriam rendimento, pelo que aquela tinha que ser a prioridade. Relembrou que o Conselheiro Álamo havia referido coisas demasiado importantes, que tinham a ver com aquilo que queriam do poder local em Portugal, pois dava a sensação que tinha havido uma estratégia pura de asfixia, não se tendo materializado só por isso, materializou-se pela lei dos Compromissos e dos Pagamentos, que era aplicada às Autarquias mas não era aplicada, da mesma forma, ao Estado, com imposições de reduções, de penalizações e de retenções de verba que era feito às Autarquias e não era feito em relação ao Estado, o não cumprimente de metas orçamentais e, ainda mais, o querer passar para a responsabilidade da Autarquia responsabilidades que eram do Estado. Concluiu dizendo que, com aquilo tudo, o que estava a acontecer não era não quererem, era, de

momento, não ser possível acolher e era por isto que, tanto no Conselho de Ilha como na Assembleia Municipal, seria contra, exatamente na perspetiva da responsabilidade e das prioridades que tinham que ter naquela fase. -----

**O Conselheiro Pimentel Dias** interveio e disse que compreendia o que o Sr. Presidente da Mesa tinha dito, mas que gostava que este compreendesse aquilo que ia dizer a seguir. Disse que reconhecia o esforço que a Câmara da Praia estava a ter, que não tinha sido referido quanto a Câmara de Angra estava a gastar naquele particular aspeto, mas acreditava que esta também fazia esse esforço, assim como outras câmaras da Região. Referiu que também era verdade que muita gente que trabalhava estava a ter uma carga fiscal pesadíssima e era graças a isso que se conseguia suportar muitas outras coisas e era em nome disso que aquela proposta surgia. Disse que o dinheiro dos impostos, devolvido aos cidadãos, era melhor gerido por estes do que pelas entidades públicas em conjunto e fazia movimentar a economia bem como, trazia receitas para os concelhos e para os municípios que adotavam essas políticas. Acrescentou que, além disso, não era cinco por cento, podia ir até cinco por cento e não era de forma inocente que noventa dos municípios já tinham optado por aquela redução/solução. Informou que viam, pelo quadro que tinha distribuído, qual era a percentagem que era devolvida, ou seja, havia uma base de trabalho, e na sua proposta não dizia os valores que deveriam ser devolvidos aos munícipes, mas que a consideração daquela possibilidade, achava, que era um sinal que se dava aos cidadãos, uma vez que estes faziam um esforço fiscal enorme e que os municípios da ilha onde vivem, de alguma maneira, podiam ajudar a atenuar esse aspeto, daí a proposta. -----

**O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro**, interveio e disse que estavam claras as várias posições sobre a matéria em causa, pelo que colocou a proposta a votação. ---

**Submetida à votação, a proposta, foi reprovada com dez votos contra, duas abstenções e três votos a favor.** -----

E nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Mesa** agradeceu, a todos, a colaboração. De seguida deu por encerrada a reunião, pelas doze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor presidente da Mesa do Conselho de Ilha da Terceira. -----

O Presidente da Mesa

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized, cursive letters, positioned above a horizontal line.

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

h

PROPOSTAS E SUGESTÕES DA UGT AÇORES SOBRE A ANTE PROPOSTA DO PLANO ANUAL DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES DE 2016



**1 - Breve Abordagem Conjuntural**

**Em Portugal**

A melhoria do clima económico em Portugal mantém a tendência iniciada em 2013.

De acordo com os dados divulgados pelo INE relativo ao 2º trimestre de 2015, destaca-se o crescimento em termos homólogos do PIB em 1,5%, e 0,4% relativamente ao trimestre anterior.

A procura interna continua a ser o principal motor de crescimento económico nacional, com crescimentos dos seus componentes em linha e até superior ao previsto.

O mercado do trabalho continua a apresentar uma evolução globalmente positiva, com destaque para a criação de emprego e a manutenção da tendência de descida do desemprego para 12,3% da população ativa em junho de 2015.

**Nos Açores**

De acordo com dados do Serviço Regional de Estatística, no 2º trimestre de 2015, constata-se uma evolução positiva dos indicadores usados na caracterização da atividade económica na Região Açores.

Analisando os diversos sectores: no sector primário verifica-se uma evolução favorável no leite entregue nas fábricas (5,9%), o abate de gado (6,1%) e o emprego homólogo (3,3%).

Em sentido oposto encontra-se a pesca (-23,6%) e a exportação de gado vivo (-48,1%).

No sector secundário há a registar positivamente, para além do aumento homólogo do emprego (5,3%), a produção do leite para consumo (10,5%), enquanto a produção de queijo foi negativa (-8,0%).

Negativa continua também a venda de cimento (- 12,5%), enquanto o licenciamento apresenta variação positiva (7,9%).

Para o desempenho do sector dos serviços contribuiu positivamente o aumento homólogo do emprego (6,3%), o comportamento muito favorável do turismo (22,8%), dos passageiros desembarcados (24,2%) e, pelo 9º trimestre consecutivo, continua a crescer a venda de automóveis ligeiros (27,5%).

h

Negativamente há a registar o índice de vendas dos produtos alimentares no comércio a retalho (-2,0%).

#### **Emprego/Desemprego nos Açores**

A taxa de desemprego na Região Autónoma dos Açores situou-se em 11,3% da população ativa no 2º trimestre de 2015, apresentando uma diminuição de 3,6% relativamente ao trimestre anterior e de 4,7 % relativamente ao mesmo trimestre de 2014.

No emprego, observou-se um acréscimo de 3,3% em termos trimestrais e de 5,7% em termos homólogos.

O desemprego, como já foi referido, abrange 11,3% da população ativa, continuando a ser maior nos mais jovens, que neste trimestre atingiu 30,2% dos indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, tendo diminuído 7,6 pontos percentuais relativamente ao trimestre anterior.

A diminuição homóloga do desemprego deveu-se principalmente à diminuição do número de desempregados à procura do novo emprego, que passaram de 17 274 para 12 097 indivíduos, uma vez que os desempregados à procura do 1º emprego diminuíram de 2 175 para 1 672 indivíduos).

#### **Inflação/Índice de Preços no Consumidor nos Açores.**

Quanto à Inflação/Índice de Preços no Consumidor, também de acordo com o SREA, a taxa de variação média dos últimos doze meses, terminados em julho, subiu para 0,58%, invertendo a tendência de descida que se verificou até abril de 2015.

A taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor em julho, situou-se nos 1,10%, descendo 0,33 pontos percentuais em relação à taxa divulgada no mês anterior.

A UGT Açores, sugere que na elaboração do Plano de Investimentos da RAA para 2016 se tenha em linha de conta o seguinte:

### **2. POLÍTICAS SECTORIAIS A DESENVOLVER**

#### **2.1 - AUMENTAR A COMPETITIVIDADE E EMPREGABILIDADE DA ECONOMIA REGIONAL**

No que diz respeito a este objetivo que é composto por quatro programas, concordamos de forma genérica com as medidas propostas e iniciativas delineadas no documento.

Todavia, alerta-se para:



## No Programa de Competitividade, Emprego e Gestão Pública

Trata-se de um Programa cujo desenvolvimento mais depende de transferências externas, na sua maioria Fundos Europeus, absorvendo mais de 84% da dotação global daqueles, pelo que se preconiza uma correta e eficaz aplicação dos mesmos, porquanto são estes setores de atividade que mais contribuem para o crescimento económico e do emprego na Região Açores.

Por outro lado, preconiza-se também uma maior fluidez e celeridade na tramitação processual das candidaturas, porquanto se trata de entrada de fundos externos na Região que podem contribuir de forma decisiva para a inversão do ciclo económico recessivo dos últimos anos.

Nesta conformidade preconizamos a **adoção de políticas de investimento**, que venham ao encontro das reais necessidades da Região no âmbito de um modelo de desenvolvimento económico sustentável, dando-se aqui prioridade ao **investimento com carácter reprodutivo**, gerador de riqueza e emprego, assente no potencial endógeno da Região proporcionados pelos setores agrícola, das pescas e do turismo, no que será relevante a sua aplicação criteriosa e eficiente por forma surtir os efeitos e resultados desejados.

Ao nível da **Empregabilidade e Formação**, preconizamos a continuação das políticas ativas de apoio ao emprego e à formação e requalificação profissional dos trabalhadores através da promoção ou reforço de políticas de emprego e de requalificação académica e profissional que potenciem a inserção no mercado de trabalho dos recursos humanos mais desfavorecidos, como sejam os casos dos jovens, das mulheres, dos desempregados mais velhos, dos desempregados de longa duração.

Ao nível da **Gestão Pública** preconizamos uma política de defesa do serviço público, designadamente através da promoção ou reforço da política da prestação de serviços públicos nomeadamente nos setores da saúde e da educação, assegurando a sua qualidade e acesso universal.

Neste particular, a UGT/Açores alerta para a necessidade de reforço urgente do pessoal médico e paramédico nos hospitais e unidades de saúde da Região, bem como de assistentes operacionais, como forma de dar resposta a um dos setores mais carenciados na Região.

Retoma do processo normal de progressão nas carreiras da Administração Pública Regional suspensas na sequência do Programa de Assistência Económica e Financeira a que Portugal foi sujeito.

h

António

Também e ainda no âmbito da **Gestão Pública e da Programação Financeira** preconizamos uma política de planeamento e acompanhamento eficaz no combate à ilegalidade, e evasão fiscal.

A este propósito, sugerimos a **conclusão do processo de reposição integral do desagravamento fiscal prometido** que assegure o aumento do rendimento disponível dos trabalhadores e suas famílias, bem como o aumento da competitividade das empresas regionais, desafiando-se o Governo Regional a retomar os níveis de carga fiscal existentes a 31 de dezembro de 2013, repondo-se assim o diferencial fiscal de 30% em matéria de IRS, IVA e IRC, aos trabalhadores, consumidores e empresas regionais, respetivamente.

#### **No Programa de Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural**

Por ser um setor com grande peso na economia dos Açores que atualmente atravessa alguns problemas em consequência do fim das quotas leiteiras, exige uma atenção redobrada por parte do Governo Regional e demais entidades a ele ligadas, pois a falência deste setor na prática implica a falência da nossa economia, com todas as consequências que isto teria ao nível do emprego.

Não obstante concordarmos em geral com as medidas e iniciativas propostas, no que salientamos um reforço de dotação deste programa em quase 24 milhões de euros, admitimos que poderão ser necessárias outras medidas e ações pontuais como forma de evitar a degradação económica do setor agropecuário.


#### **Nos Programas de Pescas e Desenvolvimento Turístico**

Dado o potencial que representam para a nossa economia, são dois programas que devem merecer também a maior atenção por parte do Governo Regional, pois as condições naturais assim o determinam.

As Pescas e Aquacultura porque estando nós rodeados de mar cada vez com mais e melhores infraestruturas disponíveis, seria um desperdício não tirarmos partido deste potencial, pelo que sugerimos um esforço por parte do Governo Regional em atrair investimento externo nesta área, designadamente na captação de investimento na indústria de transformação de pescado, que sendo um tipo de atividade de mão-de-obra intensiva, funcionaria como escape para a mão-de-obra não qualificada que ficou disponível na construção civil.

O Turismo é outra atividade que mercê dos últimos desenvolvimentos ao nível do transporte aéreo registou um incremento nunca dantes visto, especialmente em S. Miguel, julgamos que devem ser envidados esforços para que este ímpeto se estenda





também às outras ilhas, designadamente na criação ou melhoria de infraestruturas, e de apoios específicos a esta atividade.

## 2.2 - PROMOVER A QUALIFICAÇÃO E A INCLUSÃO SOCIAL

No que diz respeito a este objetivo, concordamos de forma genérica com as medidas propostas, e iniciativas delineadas no documento.

Todavia, alerta-se para:

### No Programa de Educação Ciência e Cultura

Quanto à **qualificação e recuperação do parque escolar** chamamos a atenção novamente para o fato de Região Autónoma dos Açores existir ainda inúmeras escolas com coberturas de amianto, material nocivo, porque tóxico e cancerígeno e proibido em toda a União Europeia desde 2005, no que será necessário a sua substituição ou requalificação.

Registamos ainda o fato de estarem inscritas um grande número de ações no domínio da recuperação e construção escolar, todavia parece-nos nalguns casos com dotação insuficiente para o fim pretendido.

Tendo em vista o cabal aproveitamento do potencial científico e tecnológico que a Região dispõe, preconizamos também **políticas de cooperação com a Universidade dos Açores**, encomendando estudos e trabalhos que a Região necessite em conjugação com programa comunitário Programa Operacional 20-20, como forma de desenvolver e projetar esta instituição a nível nacional e internacional e até da manutenção do modelo tripolar da Universidade dos Açores como projeto emblemático do movimento autonómico dos Açores;

Quanto ao Programa de **Desenvolvimento do Sistema de Saúde**, apelamos mais uma vez para o aproveitamento dos recursos materiais disponíveis em muitas unidades de saúde e hospitais, que não estão a ser utilizados com evidentes e graves prejuízos para a saúde dos açorianos que deles necessitam.

No que respeita à **Solidariedade Social** preconizamos Política de cooperação ativa com as IPSS/Misericórdias reforçando-se a cooperação com as instituições que atuam na área da solidariedade social no combate à pobreza e à exclusão social, e no apoio domiciliário e assistência familiar dos idosos mais carenciados, bem como no apoio à prestação de cuidados de retaguarda a pessoas acamadas e em evidentes condições de fragilidade física ou psicológica.

Alertamos novamente para a necessidade de se garantir atempada e quantitativamente as transferências financeiras para as IPSS/misericórdias, por forma a poderem cumprir cabalmente os seus serviços junto dos utentes e o cumprimento das suas obrigações pecuniárias com os seus trabalhadores.

A UGT/Açores continua a defender a necessidade do reforço dos programas e ações de recuperação e beneficiação do parque habitacional regional, no âmbito de uma política mais geral de reabilitação e requalificação urbana, em estreita cooperação com as autarquias locais, como forma de combater por esta via o desemprego existente no setor da construção civil.

Para além do benefício de existir a Carta Regional de Obras Públicas (CROP) que é transversal no Plano de Investimentos, achamos que será também benéfico para a economia regional a implementação de concursos de obras públicas regionais que tenham em conta e medida a capacidade das nossas empresas regionais, com o objetivo de dinamizar a atividade económica e a conseqüente empregabilidade no setor;

### **2.3 - AUMENTAR A COESÃO TERRITORIAL E A SUSTENTABILIDADE**

No que diz respeito a este objetivo, concordamos de forma genérica com as medidas propostas, e iniciativas delineadas no documento.

#### **Todavia alerta-se para:**

A condição arquipelágica da região obriga a existência de políticas de **transporte e energia** coerentes com o objetivo do seu desenvolvimento sustentável e harmonioso, que cruzado com outras iniciativas ao nível da competitividade e empregabilidade, deverão permitir a mobilidade interna a todos os açorianos e também dos estrangeiros que nos visitam.

Sem prejuízo doutras iniciativas, a recente experiência com o novo modelo de transporte aéreo implementado a partir dos finais de março do corrente ano, do tipo Low Coast, dá-nos indicadores bastante positivos quer pelo número de passageiros desembarcados, quer pelo aumento da frequência de toques nos aeroportos, designadamente no aeroporto de Ponta Delgada, pelo que preconizamos a sua extensão a outras ilhas, em especial à ilha Terceira, pois a maior parte das infraestruturas e equipamentos já existem e seria um desperdício não aproveitarmos este impulso para projetarmos a Região Açores de uma vez por todas como destino privilegiado de turismo de natureza e do lazer.

#### 2.4 - AFIRMAR A IDENTIDADE REGIONAL E PROMOVER A COOPERAÇÃO EXTERNA

No que diz respeito a este objetivo, concordamos de forma genérica com as medidas propostas e iniciativas delineadas no documento.

#### 3 - INVESTIMENTO PÚBLICO

Numa Região onde predomina um pequeno e frágil tecido económico como é o caso dos Açores, o Plano de Investimentos do Governo se aplicado criteriosamente em obediência aos princípios de eficiência, eficácia e da racionalidade económica, é sem dúvida um instrumento de primordial importância para o seu desenvolvimento económico e social.

Neste contexto, espera-se que a dotação do Plano de Investimentos prevista para o ano 2016, com cerca de 782,5 milhões de euros, distribuída por quatro grandes objetivos, relevando-se aqui o de "Aumentar a Competitividade e Empregabilidade da Economia Regional" com um incremento de 1% relativamente a 2015, passando a ter um peso de 48,8% do total do investimento público, seja o adequado face ao objetivo do crescimento económico duradouro e sustentável que se pretende.

Todavia, por ser o Plano de Investimentos um instrumento por natureza de caráter previsional, parte das ações previstas poderão não se concretizar ou até serem substituídas por outras face a manifesta e imperiosa necessidade, apela-se a um esforço de execução o mais próximo possível dos 100%, uma vez que parte desta dotação destina-se a satisfazer compromissos assumidos, ou a despesas não verdadeiramente de investimento.

#### 4 - DESENVOLVIMENTO DA PROGRAMAÇÃO

Relativamente a este capítulo, onde se explica toda a programação material e financeira deste Plano cuja génese está no Plano a Médio Prazo e programa do Governo, verifica-se a sua distribuição por 14 Programas, 84 Projetos e 485 Ações, decorrente da estrutura orgânica do Governo Regional, de acordo com as opções e prioridades definidas tendo em vista o superior interesse dos Açores, confiamos nós.

Açores, outubro de 2015

UGT/AÇORES